

SE
SUDESTE

Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Regional.
Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil
Diagnóstico de capacidades e necessidades
municipais em proteção e defesa civil [livro
eletrônico] : região sudeste / coordenação Victor
Marchezini. -- Brasília, DF : Ministério do
Desenvolvimento Regional : Secretaria Nacional
de Proteção e Defesa Civil, 2021.
PDF.

Vários autores.
Vários colaboradores.
ISBN 978-65-84510-02-9

1. Administração pública - Brasil 2. Brasil,
Sudeste 3. Defesa civil e gerenciamento de
desastres e crises 4. Desastres ambientais
5. Desastres socionaturais I. Marchezini, Victor.
II. Título.

21-84903

CDD-350

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Gerenciamento de desastres e crises :
Administração pública 350

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Diagnóstico

*de capacidades e
necessidades municipais*

em Proteção e Defesa Civil



Projeto ELOS



Cemaden
Centro Nacional de Monitoramento
e Alertas de Desastres Naturais



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

EQUIPE

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - SEDEC

Alexandre Lucas Alves
Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil
Karine da Silva Lopes
Diretora do Departamento de Articulação e Gestão
Reinaldo Soares Estelles
*Coordenador-geral de Articulação do Sinpdec
e Coordenador do PCTI - BRA/12/017*
Cyntia da Silva Oliveira
Consultora Técnica-SEDEC

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL

Katyna Argueta
Representante Residente
Carlos Arboleda
Representante Residente Adjunto
Maristela Baioni
Representante Residente Assistente para Programas
Moema Freire
*Coordenadora da Unidade de Governança
e Justiça para o Desenvolvimento*
Lídia Botelho
Gerente de Projeto
Graziela Silveira
Assistente de Programa

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS - CEMADEN

Victor Marchezini *Coordenação Geral*

Alice Dianezi Gambardella
Aline Silveira Viana
Aloisio Lelis de Paula
Carina Inácio Portela
Cristiane Pauletti
Eloisa Beling Loose
Fernanda Dalla Libera Damacena
Flávia Aragão
Francisca Leiliane Sousa de Oliveira
Henrique Almeida Forini
Iara Cunha Passos
Jose Antonio Marengo Orsini
Luciana de Resende Londe
Maria da Gloria Bonelli
Priscilla Braga Barreto
Rafaela Braga
Silvia Midori Saito
Thatyane Mônico Nascimento
Victor Marchezini
Marcia Godoy *Projeto gráfico*

REVISÃO TÉCNICA

Luciana de Resende Londe
Silvia Midori Saito
Victor Marchezini

AGRADECIMENTOS

O Projeto Elos agradece todas as defesas civis municipais e estaduais pelo apoio, participação e engajamento, que viabilizaram a concretização da presente pesquisa.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), instituída pela Lei nº 12.608/2012, traz em seu escopo as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, a fim de reduzir os riscos de desastres no país, conforme prevê o Marco de Sendai para Redução de Risco de Desastres (2015-2030).

Para tanto, foi fundamental realizar a Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil para conhecer as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, considerados os elos mais importantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC).

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), do Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), tem lançado esforços nessa direção, em busca de melhor conhecer as estruturas dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, suas necessidades de capacitação, assim como os arranjos de governança do sistema do qual fazem parte, isto é, as articulações formais e informais criadas, com atores estatais e não-estatais, com o objetivo de fortalecer a capacidade local de gestão de riscos e desastres. Em um país de dimensão continental, as capacidades e necessidades podem variar de acordo com os biomas brasileiros e a diversidade regional, sendo fundamental considerá-los para o aperfeiçoamento das políticas públicas de proteção e defesa civil.

O diagnóstico apresentado nesta publicação da Pesquisa Municipal em Proteção e Defesa Civil (Projeto Elos) foi desenvolvido no âmbito da Cooperação Técnica Internacional BRA/12/017

– Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com execução nacional da SEDEC. A sua implementação foi realizada pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A equipe do Projeto Elos, composta por profissionais de distintas formações e provenientes de diferentes regiões do Brasil, proporcionou uma visão multidisciplinar sobre o tema, enriquecida pelos saberes, conhecimentos e experiências de diversos atores que fizeram parte desta pesquisa.

Esta publicação apresenta resultados inéditos sobre as necessidades e capacidades dos órgãos de proteção e defesa civil, organizados pelos eixos de estruturação, capacitação e governança. A partir desse diagnóstico, desenvolvido com embasamento técnico-científico, será possível elaborar uma proposta para fortalecer a implementação da PNPDEC nos municípios brasileiros, os elos fundamentais do SINPDEC. Os resultados alcançados nesta pesquisa poderão apoiar o aprimoramento da política pública, adequada às realidades locais e regionais, e consolidar cada vez mais uma cultura de gestão de risco no Brasil.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SEDEC)

Apresentação

CBO Classificação Brasileira de Ocupações

Cemaden Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

Cenad Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

CEPED Centro de Estudos e Pesquisas sobre Desastres

Cobrade Classificação e Codificação Brasileira de Desastres

COMPDEC Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

CONMPDEC Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil

CNPJ Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPDC Cartão de Pagamento de Defesa Civil

CPRM Serviço Geológico do Brasil

ECP Estado de Calamidade Pública

EPI Equipamento de Proteção Individual

FOFA Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças

GRD Gestão de Risco e Desastres

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IPCC Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, sigla em inglês

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orçamentária Anual

MCTI Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MDR Ministério do Desenvolvimento Regional

NUPDEC Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil

NEB Nordeste do Brasil

ONG Organização Não Governamental

RRD Redução de Risco de Desastres

SMS Serviço de Mensagens Curtas, sigla em inglês

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PNPDEC Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPA Plano Plurianual

PPRA Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

S2iD Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

SE Situação de Emergência

SEDEC Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil

SINPDEC Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

RESUMO EXECUTIVO

O presente relatório apresenta os resultados obtidos pela pesquisa municipal em proteção e defesa civil para a Região Sudeste do Brasil, desenvolvida no âmbito do Projeto BRA/12/017 - Fortalecimento da Cultura de Gestão de Riscos de Desastres no Brasil. Esta pesquisa contou com a participação de 653 defesas civis municipais dos estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cujas capacidades e necessidades foram analisadas considerando três eixos: i) estruturação, a qual compreende os recursos materiais, organizacionais, financeiros e tecnológicos; ii) capacitação, que se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências, para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas; e, iii) governança, definida pelos mecanismos formais e informais de participação e coordenação de atores estatais e não-estatais. A análise foi desenvolvida a partir da aplicação de questionário online, entrevistas e grupos focais, no período entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021. A partir da triangulação dos dados oriundos desses instrumentos de pesquisa identificou-se que: 43% das defesas civis têm profissionais com nível superior; 35% estão no cargo há até seis meses; 46% das equipes têm até dois integrantes; 57% são servidores municipais; 30% têm menos de um ano de experiência em defesa civil; 59% dividem espaço físico e 18% sequer dispõem; 77% afirmam que existe legislação municipal sobre defesa civil; as defesas civis se sentem pouco capacitadas para usar o cartão de pagamento de defesa civil (CPDC); 42% participam de iniciativas com outros municípios, ainda que não formalizadas; ainda há necessidade de fortalecer a participação e os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs). As duas principais prioridades que as defesas civis identificaram: a garantia de uma equipe estruturada, com recursos humanos e equipamentos, com reformulação da legislação por conta das atribuições e competências, e criação de um sistema único de proteção e defesa civil nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).





p.07 Introdução

p.13 Métodos

**p.15 Capacidades e necessidades
das defesas civis municipais**

p.20 Estruturação

p.26 Governança

p.34 Capacitação

p.41 Sonhos, desafios e proposições

p.53 Conclusão

p.55 Referências Bibliográficas

A REGIÃO SUDESTE É A MAIS
POPULOSA DO PAÍS

SEGUNDO BANCO MUNDIAL
(2020), AS PERDAS EM DESASTRES
NA REGIÃO SUDESTE, ENTRE 1995 E
2019, FORAM ESTIMADAS EM

**R\$ 71,9
bilhões**

Introdução

A Região Sudeste apresenta uma extensão territorial de 924.565,478 km², correspondendo a 10,9% do território nacional (IBGE, 2019). É composta pelos estados de São Paulo (SP), Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES), sendo a segunda menor do país em extensão territorial e a mais populosa, com 80.364.410 habitantes (IBGE, 2010).

A Região Sudeste possui 1.119 municípios de pequeno porte (até 20 mil habitantes), sendo que 794 (70,9%) dispõem de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) e 461 (41,2%) afirmam ter Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CONMPDEC) (IBGE, 2019). Dentre os 395 municípios de médio porte (até 100 mil habitantes), 348 (88,1%) possuem COMPDEC e 157 (39,7%) CONMPDECs. Na região existem 154 municípios de grande porte (com mais de 100 mil habitantes), que dispõem de elevada proporção de defesas civis (94,8%), e ao mesmo tempo, menor proporção de conselhos (30,5%) se comparado aos de porte pequeno e médio (IBGE, 2019).

A ocorrência de desastres tem ocasionado prejuízos significativos no Brasil. De acordo com o relatório produzido pelo CEPED-UFSC, com o apoio do Banco Mundial (2020), nas últimas décadas houve um prejuízo econômico de R\$333,36 bilhões decorrentes de desastres ocorridos no território brasileiro. O referido relatório aponta que a Região Sudeste apresenta o terceiro maior valor em perdas, em aproximadamente R\$71,9 bilhões (21,6%), relativas aos danos materiais e prejuízos.

De acordo com a base de dados do S2iD (SEDEC, 2021), no período entre 2013 e 2020 contabilizaram-se 4.556 registros de decretação de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) para a Região Sudeste, correspondendo a 1.240 municípios afetados. A maior parte dos registros no período corresponde a doenças infecciosas virais, influenciada diretamente pela COVID-19 (48,2%), estiagem (20,7%), seca (14,0%) e tempestades locais/convectivas (12,2%). De acordo com dados extraídos de Relatórios de Danos Informados disponíveis no S2iD, para o período de 2013 a 2017, dentre os 55,4 milhões de afetados indicados em registros reconhecidos da Região Sudeste, somam-se 23.662 mortos, 325.347 enfermos/feridos, além de 342.235 desalojados.

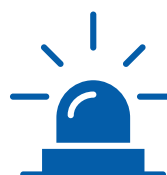


**SÃO LUIZ DO PARAITINGA (SP),
MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE.**

Crédito: Miguel Trejo/Projeto Elos.

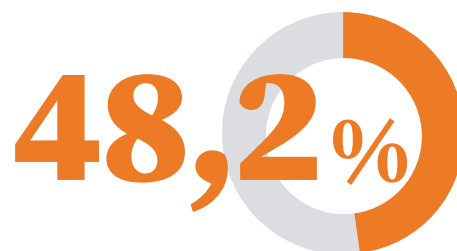


**70,9% DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO
PORTE DA REGIÃO SUDESTE POSSUEM
COORDENADORIA MUNICIPAL DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (IBGE, 2019)**



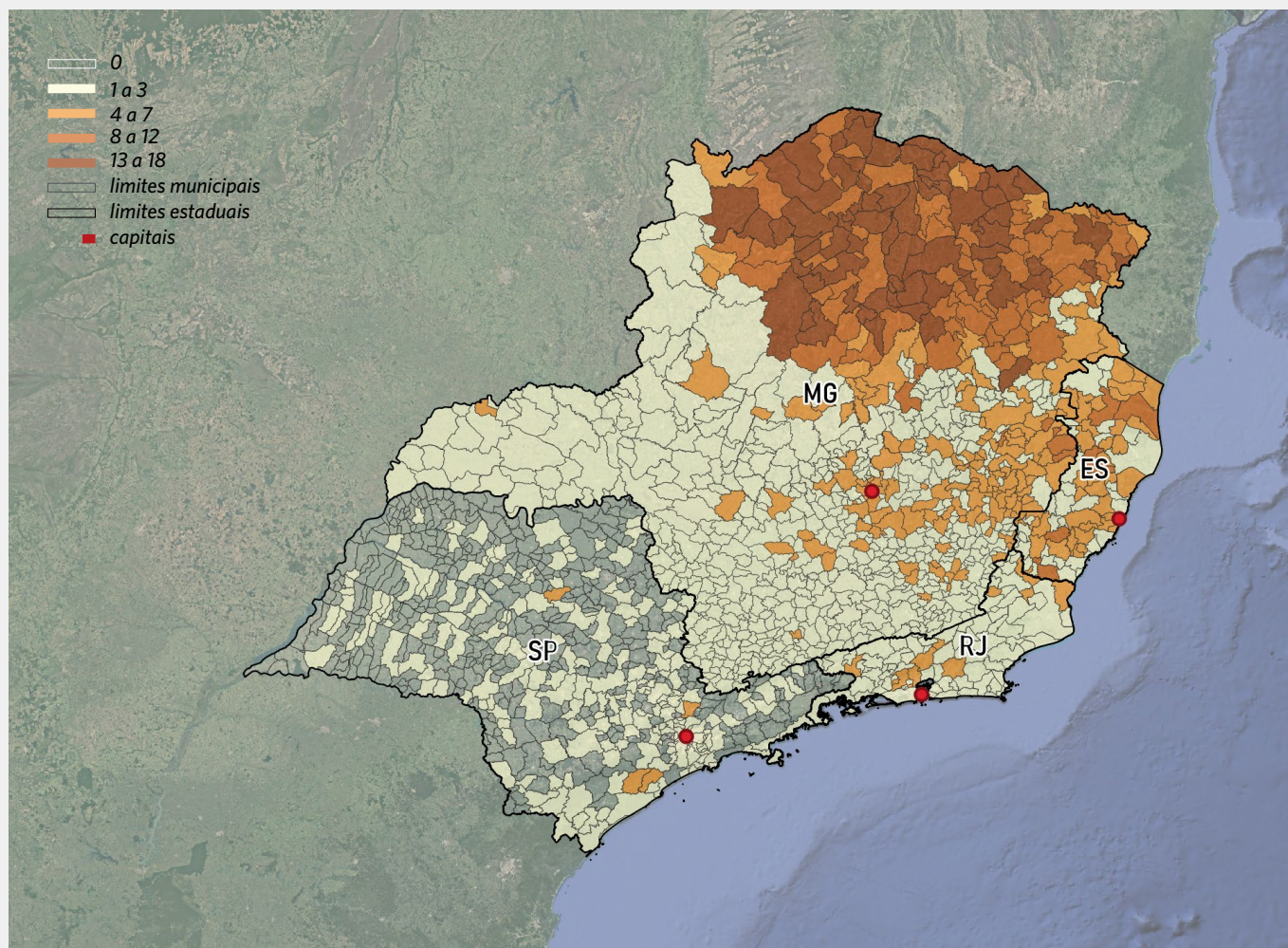
4.556

**REGISTROS DE DECRETAÇÃO DE
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE)
OU ESTADO DE CALAMIDADE
PÚBLICA (ECP) NA REGIÃO
SUDESTE, ENTRE 2013 E 2020**

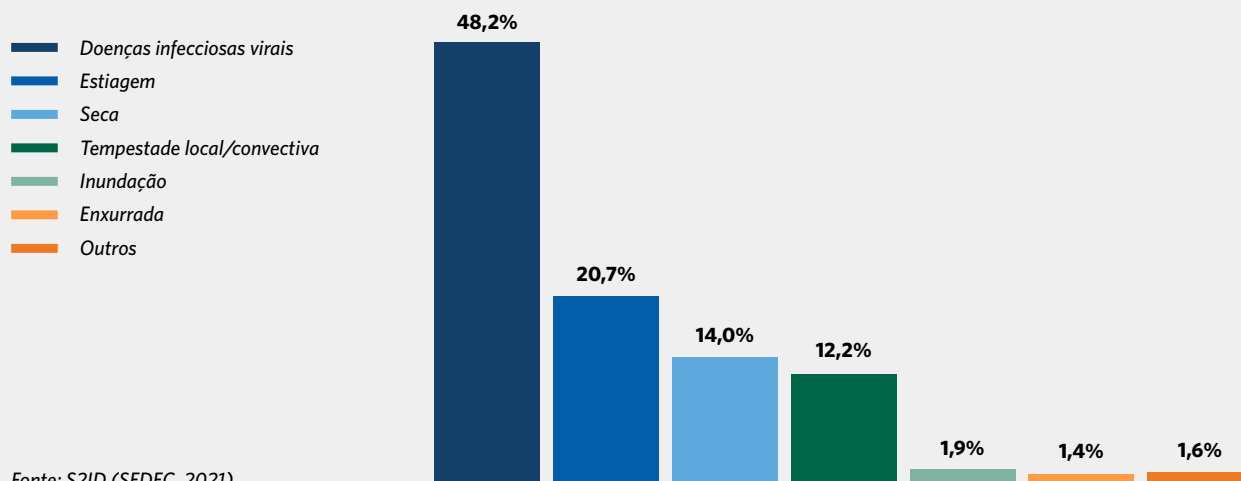


**DOS REGISTROS DE SE E ECP
CORRESPONDEM A DOENÇAS
INFECCIOSAS VIRAIS, MAIOR PARTE
ASSOCIADA À PANDEMIA DA COVID-19**

RECONHECIMENTOS DE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA (SE) E ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA (ECP)
REGIÃO SUDESTE - 2013 A 2020. FONTE: S2ID (SEDEC, 2021)



**SE/ECP POR TIPOS
DE DESASTRES**
Classificação Cobrade



O Anuário Brasileiro de Desastres Naturais referente ao ano de 2013 (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2014), aponta que a Região Sudeste está entre as que mais sofrem com as adversidades atmosféricas. Ainda segundo o Anuário, historicamente, os eventos que mais afetam a Região Sudeste são alagamentos, inundações bruscas e graduais, enxurradas, vendavais, granizo e movimentos de massa (incluem processos como deslizamentos, corrida de detritos e quedas de blocos). Cabe destacar que, ao norte da Região Sudeste, há também registros de eventos de seca (CEPED-UFSC, 2013).

Em relação a estas ameaças, a setorização de risco geológico realizada pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM) identificou áreas ocupadas que estejam em situação de perigo, perda ou dano devido à possibilidade de ocorrência de processos geológicos. O portal de Prevenção de Desastres da CPRM (2021) informa que já foram mapeados 395 municípios localizados na Região Sudeste, sendo que 351 apresentam áreas avaliadas com risco alto ou muito alto, ocupadas por 1.399.411 pessoas. Estes mapeamentos da CPRM também subsidiam ações de monitoramento, a exemplo do que vem sendo realizado pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), que monitora 325 municípios da região.

Mapeamento de risco. Crédito: Luciana Londe/Projeto Elos.

10



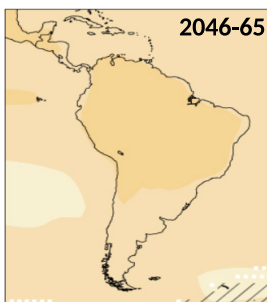
Mudanças climáticas e desastres no Brasil

O aumento gradual do aquecimento global ao longo deste século deve intensificar progressivamente a incidência de chuvas extremas e de períodos secos em todo o Brasil (MAGRIN et al., 2014). As projeções climáticas até 2100 apontam reduções sazonais de chuvas no leste da Amazônia, Nordeste e em parte da Região Centro Oeste, que junto com aumento das temperaturas poderá elevar o déficit hídrico nestas regiões.

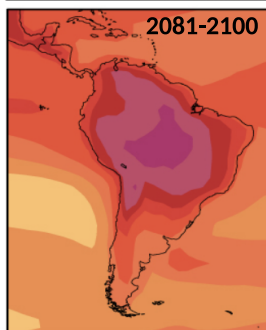
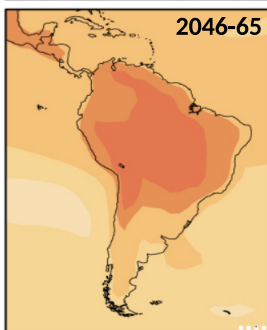
No caso de secas, uma das regiões mais afetadas no presente e possivelmente no futuro é o Nordeste. Esta região é particularmente vulnerável à seca e o recente evento, entre 2012 e 2018, mostrou que políticas de adaptação são urgentes e necessárias para o alívio da pobreza (BRITO et al., 2017; MARENGO et al., 2017, 2018). Historicamente, durante os períodos de seca extrema, a segurança alimentar nas terras do semiárido do Nordeste está sob grave risco devido ao colapso agrícola.

TEMPERATURA MÉDIA ANUAL

Meados Século XXI

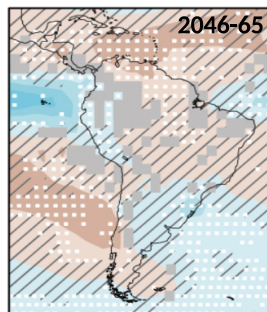


Finais Século XXI

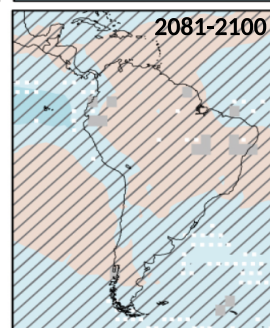
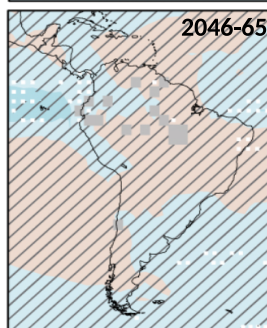
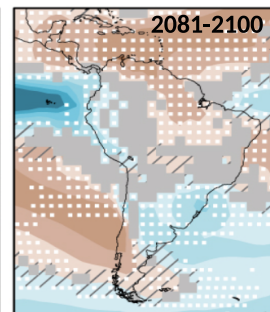


CHUVA MÉDIA ANUAL (%)

Meados Século XXI



Finais Século XXI



DIREITA:

Projeções de mudanças de temperatura e chuvas na região tropical da América do Sul publicadas no 5º Relatório do IPCC para 2046-2065 e 2081-2100, com cenários de baixas e altas emissões, relativos ao período de 1981-2010.

ESQUERDA:

Projeções de mudanças de temperatura até 2100 para os vários cenários de emissões do 5º Relatório do IPCC para a Amazônia (MAGRIN et al., 2014).

Esta região está sujeita a secas recorrentes, com fortes impactos principalmente sobre a população mais vulnerável.

Extremos de chuvas nas regiões Sul e Sudeste e na faixa leste do Nordeste, onde ficam os maiores centros urbanos e se concentram mais de dois terços da população do Brasil, podem aumentar o risco de deslizamentos de terras e inundações bruscas.

As secas já foram registradas em períodos recentes na Amazônia (2005, 2010, 2016), Pantanal (2019, 2020, 2021), regiões Sul (2019-2021), Sudeste (2001, 2013, e 2021) e no Nordeste (2012-2018). Estudos reportados pelo IPCC (2013, 2018) sinalizam a possibilidade de eventos extremos de chuva e secas se tornarem mais frequentes e intensos no futuro, caso o aquecimento aumente até o final deste século.

Diante desses inúmeros cenários de riscos e histórico de desastres, é fundamental analisar as capacidades e necessidades dos órgãos municipais de proteção e defesa civil, o elo mais importante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). A próxima seção apresenta os instrumentos de pesquisa de acordo com os três eixos de análise: estruturação, governança e capacitação.

Processo de recuperação em desastres é um desafio aos órgãos municipais de proteção e defesa civil.
Crédito: Alice Gambardella/Projeto Elos.



PARA A REALIZAÇÃO DA PESQUISA
FORAM DESENVOLVIDOS

3
instrumentos

Métodos

Para a realização da pesquisa de capacidades e necessidades municipais de Proteção e Defesa Civil, nas áreas de estruturação, capacitação e governança, foram desenvolvidos três principais instrumentos:



QUESTIONÁRIO ONLINE

O questionário online constituiu a ferramenta base para o levantamento de dados quantitativos sobre as capacidades e necessidades municipais na área de Proteção e Defesa Civil. Foi o método de coleta de informação com a amostra de maior quantidade de pesquisados e, por conseguinte, de maior representatividade.

O questionário teve como objetivo coletar dados sobre:

- i)** Perfil do agente municipal de proteção e defesa civil;
- ii)** Estrutura disponível para ações locais em proteção e defesa civil;
- iii)** Conhecimento, capacidades e principais necessidades de capacitação dos agentes municipais; e,
- iv)** Governança.



ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

Entrevistas individuais em profundidade, de caráter semiestruturado, dirigidas a agentes municipais de proteção e defesa civil. Este instrumento permitiu um maior detalhamento e aprofundamento nos temas-chave desta pesquisa bem como complementou a análise dos dados quantitativos dos questionários online. A escolha dos municípios para as entrevistas considerou:

- i)** Diferentes pontuações do Índice Municipal de Risco de Desastres Ajustado por Capacidades, da SEDEC;
- ii)** Histórico de decretação de SE e ECP entre 2003 e 2017;
- iii)** Distribuição geográfica dos municípios por tipo de bioma;
- iv)** Diferentes portes populacionais; e
- v)** Tipos de ameaças.



GRUPOS FOCAIS

Os grupos focais foram um espaço direto de participação dos representantes e técnicos dos órgãos estaduais e municipais de Proteção e Defesa Civil. Da mesma forma que as entrevistas, os grupos focais permitiram investigar, aprofundar e qualificar os dados e variáveis fornecidos pelo questionário. Porém, os grupos focais foram além das avaliações individuais geradas pelas entrevistas, e criaram espaços para a construção de entendimentos e consensos coletivos. Neste espaço, foi utilizada a matriz FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) (em inglês, SWOT - *Strenghts, Weaknesses, Opportunities e Threats*) para um diagnóstico coletivo das capacidades e necessidades municipais de cada região.

Capacidades e necessidades das defesas civis municipais

p.20 Estruturação

p.26 Governança

p.34 Capacitação

p.41 Sonhos, desafios e proposições

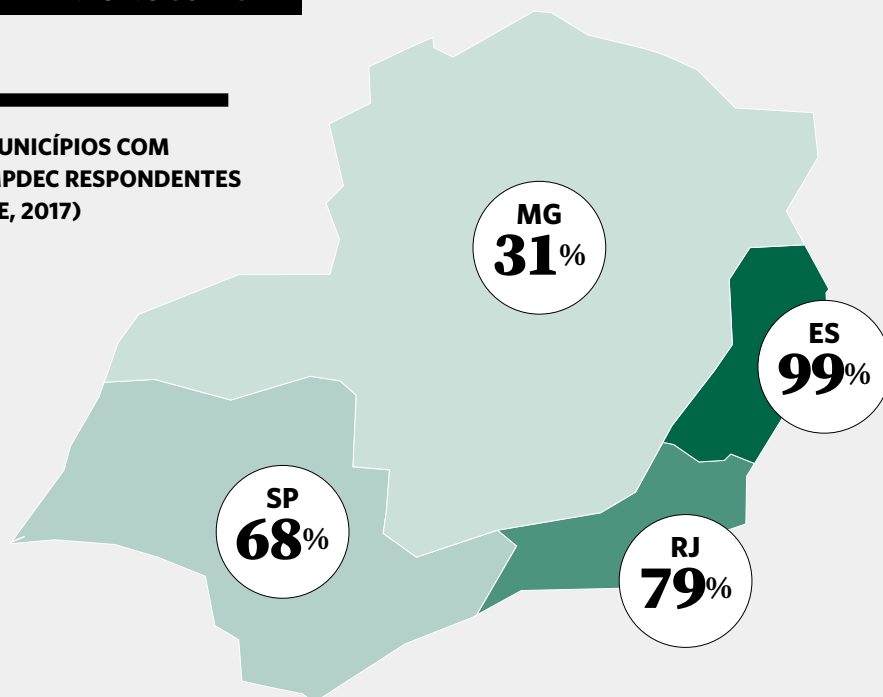
Os municípios da Região Sudeste foram convidados a participar da fase quantitativa da pesquisa pela SEDEC, por meio de preenchimento de questionário online. A busca por contatos das defesas civis municipais envolveu pesquisa nos sítios eletrônicos das defesas civis estaduais e das prefeituras, busca por contas de Facebook, Instagram, de contatos via aplicativos de mensagem (WhatsApp e Telegram), participação em eventos de defesas civis e de palestras no Canal do YouTube da Série de Debates Cemaden.

Adicionalmente foi solicitado apoio das Coordenadorias Estaduais de Proteção e Defesa Civil para que divulgassem o link do questionário online junto às defesas civis municipais. O objetivo de toda esta atividade operacional de pesquisa foi conseguir o maior número de municípios respondentes.

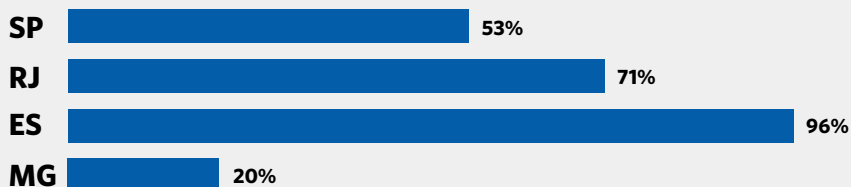
**VEJA NO CANAL DO
YOUTUBE A SÉRIE
DE DEBATES DO
CEMADEN**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE - REGIÃO SUDESTE

**% MUNICÍPIOS COM
COMPDEC RESPONDENTES
(IBGE, 2017)**



**% MUNICÍPIOS PARTICIPANTES
POR ESTADO**



TOTAL DA REGIÃO

16



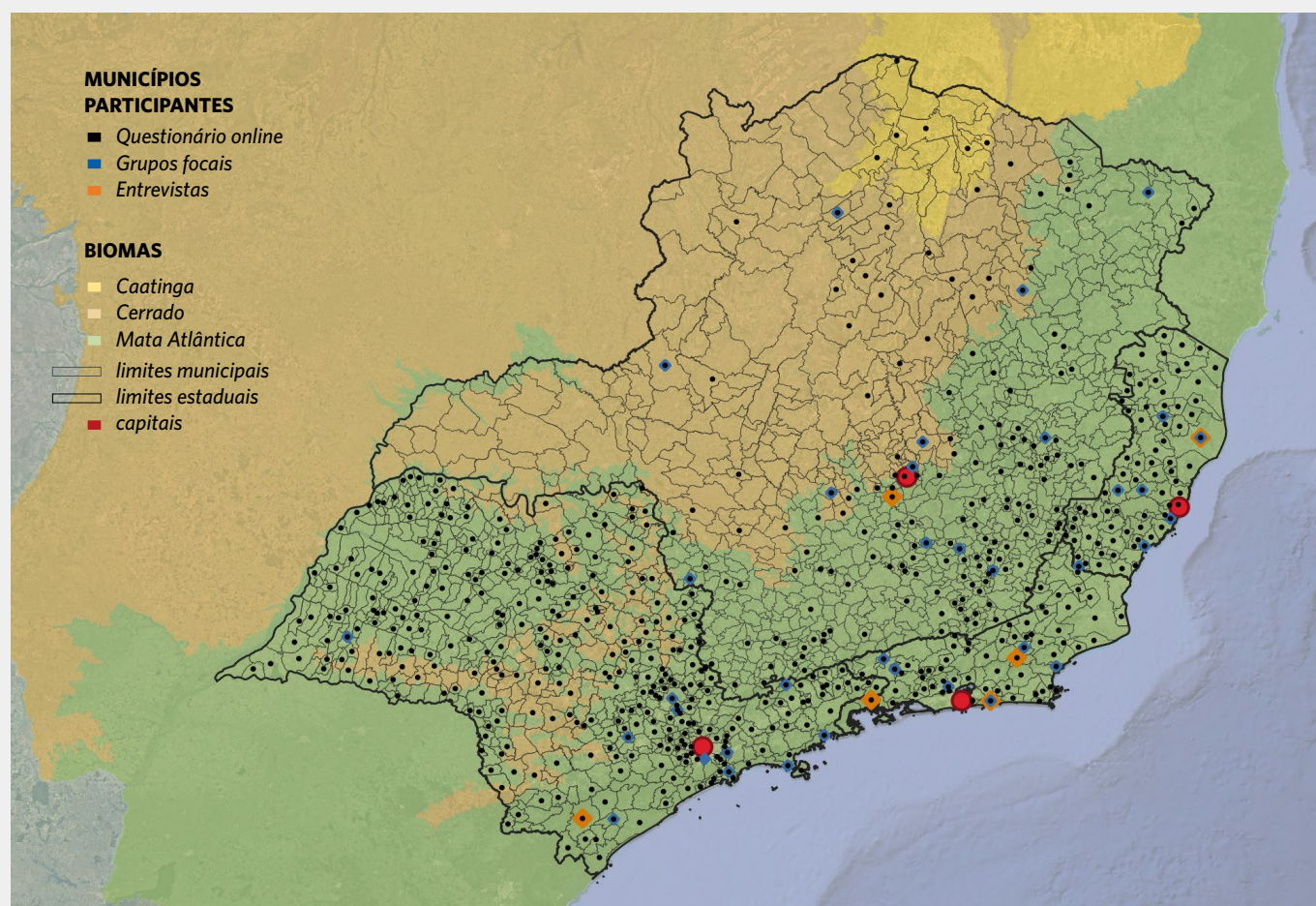
A fase de realização de entrevistas em profundidade contou com a participação de ao menos um município para cada estado da federação. Na Região Sudeste teve-se a representação por Eldorado (SP), Brumadinho (MG), Maricá (RJ) e Linhares (ES). Adicionalmente foram escolhidos dois casos especiais de municípios com cenários de riscos complexos: Angra dos Reis (RJ), apresenta histórico de deslizamentos e ameaça nuclear, e Nova Friburgo (RJ), município com maior número de mortes na catástrofe de 2011 na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Na Região Sudeste foram realizados dois grupos focais, com 14 representantes de defesas civis municipais no primeiro e 25 no segundo. Inicialmente foram

convidados 30 municípios para cada evento, e como a adesão ao primeiro grupo focal foi aquém do esperado, convidou-se uma lista adicional de substitutos para o segundo grupo focal, respeitando os critérios de amostra descritos anteriormente. Os convites para participação nos grupos focais visaram uma distribuição equilibrada entre os estados da Região Sudeste, mas houve menor adesão das defesas civis municipais dos estados de Espírito Santo e Rio de Janeiro.

A figura a seguir mostra a distribuição espacial dos 653 municípios que preencheram o questionário online no período entre 18 de fevereiro e 26 de maio de 2021, participantes das entrevistas e dos grupos focais.

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DA PESQUISA NA REGIÃO SUDESTE



A tabela a seguir apresenta a distribuição dos municípios respondentes do questionário online segundo o porte populacional. Importante destacar que 53% dos municípios têm população de até 20.000 habitantes, caracterizando-se como de pequeno porte. Tal dado é relevante para associar com alguns resultados apresentados nas próximas seções.

CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS RESPONDENTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE, SEGUNDO PORTE POPULACIONAL.					
População estimada	Total de municípios participantes do questionário				
	Região Sudeste	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Até 2.000 pessoas	10	0	1	0	9
De 2.001 a 5.000 pessoas	89	1	35	0	53
De 5.001 a 10.000 pessoas	108	10	42	2	54
De 10.001 a 20.000 pessoas	141	28	36	15	62
De 20.001 a 50.000 pessoas	139	24	36	20	59
De 50.001 a 100.000 pessoas	62	2	12	6	42
De 100.001 a 500.000 pessoas	89	8	9	17	55
Mais de 500.000 pessoas	15	2	3	5	5
Total	653	75	174	65	339

Fonte: IBGE, 2020.

O questionário online foi respondido por 653 coordenadorias municipais de defesa civil da Região Sudeste, fortemente caracterizados por representantes do sexo masculino (81%) e com idade média de 43 anos. A análise sobre o grau de escolaridade demonstrou que 43% têm nível superior e 22% pós-graduação. Do total de respondentes, 72% ocupam a função de coordenadores da COMPDEC, 57% são servidores(as) municipais e 38% estão em cargos comissionados. Outro aspecto que chama atenção é o tempo de experiência em defesa civil: apenas 18% dos participantes relataram possuir mais de 10 anos de experiência, enquanto a sua maioria, 37% dos respondentes, disseram possuir entre um e cinco anos de experiência na área. Quanto ao tempo de exercício na função atual, observou-se que: 35% estão há menos de seis meses; 30% menos de um ano; e 36% estão na função entre um e cinco anos.

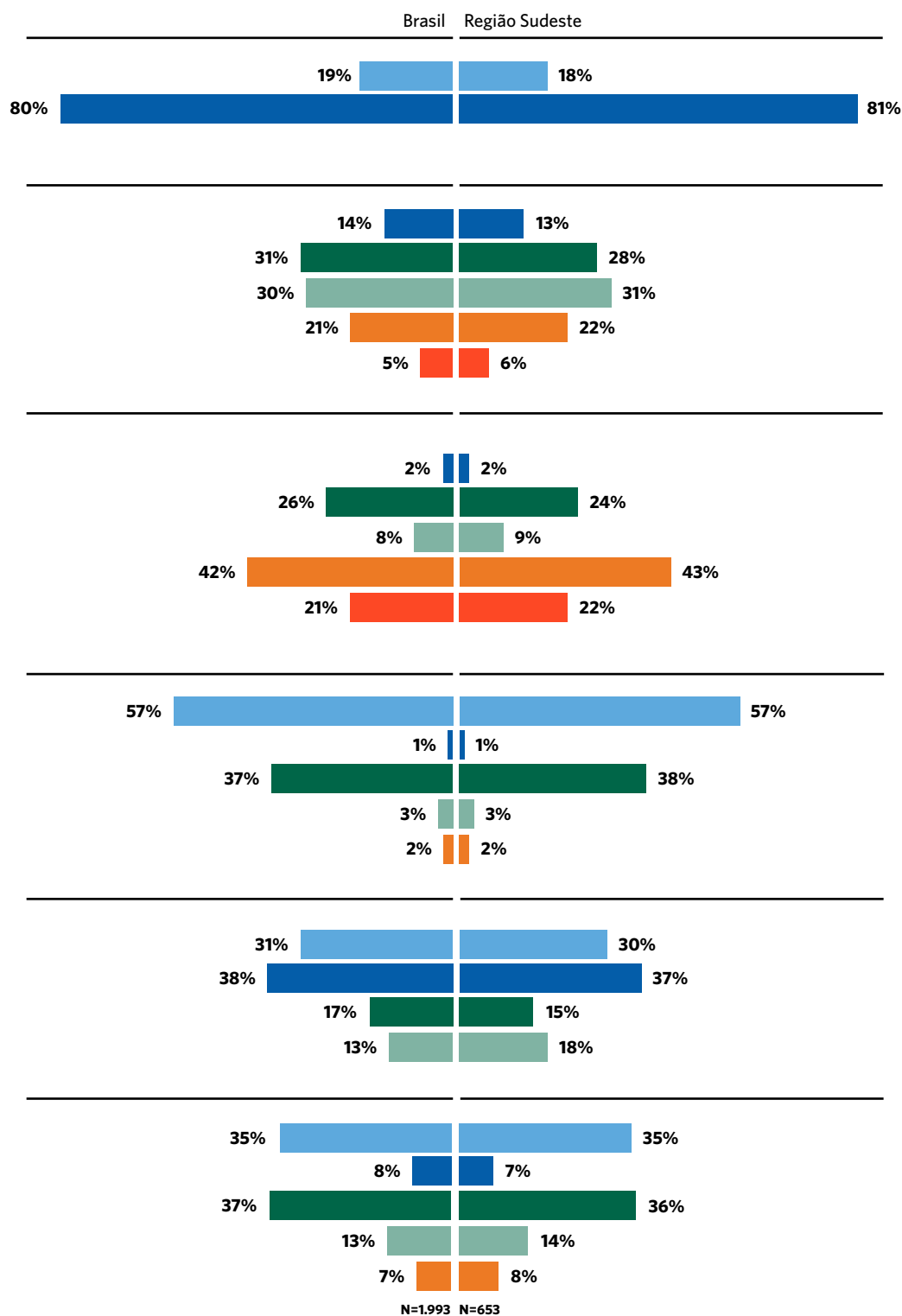
18%

DOS RESPONDENTES DA REGIÃO SUDESTE TÊM MAIS DE 10 ANOS DE EXPERIÊNCIA EM DEFESA CIVIL

22%

DOS RESPONDENTES POSSUEM PÓS-GRADUAÇÃO

PERFIL DOS RESPONDENTES DA REGIÃO SUDESTE



- Todos os gráficos deste volume estão com percentual arredondado, por isso em alguns casos a soma não é igual a 100%.
 - N representa o total de respondentes da questão.
 - Na pergunta sobre gênero, 0,45% e 0,1% dos participantes do Brasil e da Região Sudeste, respectivamente, indicaram a opção "Não gostaria de identificar".

A estruturação
compreende os
recursos materiais,
organizacionais,
financeiros e
tecnológicos
das defesas civis
municipais

Na Região Sudeste, 46% das 653 defesas civis respondentes possuem de um a dois membros em suas equipes, 26% têm de três a cinco agentes, ao passo que 28% têm mais de seis agentes na sua equipe. Entre os resultados, 35% informam que a quantidade de pessoas nas equipes é suficiente; 39% afirmam não ser suficiente; e 24% consideram que a quantidade de membros nas suas equipes atende parcialmente as demandas.

“a gente brinca que era uma ‘equipe’. Eu tenho que fazer relatório, fazer tudo. Agora que eu tenho esse rapaz comigo. Então eu vou para o campo, faço tudo, e a parte burocrática é ele quem faz, que me ajuda muito”.

Em relação à estruturação, 59% das 653 defesas civis participantes na Região Sudeste dividem o espaço físico com outra secretaria ou setor e 18% não dispõem de espaço físico próprio, semelhante à porcentagem nacional (18%). Somente 24% dos respondentes afirmam dispor de um espaço físico próprio.

46%

DAS DEFESAS CIVIS RESPONDENTES POSSUEM DE UM A DOIS INTEGRANTES EM SUAS EQUIPES

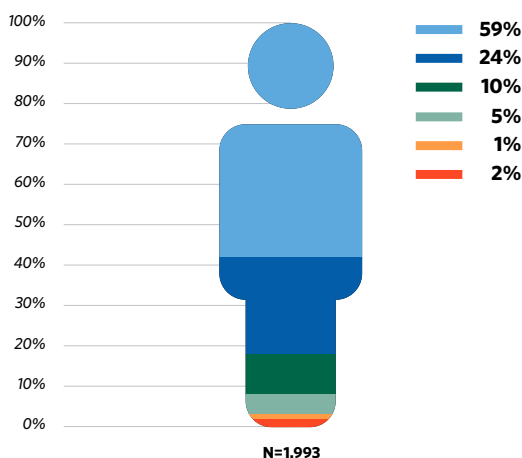
24%

DAS DEFESAS CIVIS DISPÕEM DE UM ESPAÇO FÍSICO PRÓPRIO

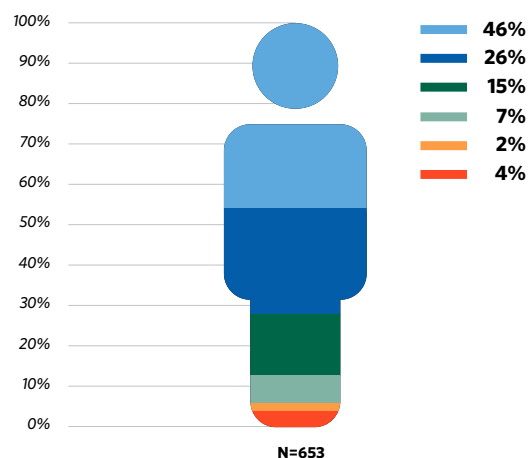
TAMANHO DAS EQUIPES (PESSOAS)

- 1 a 2
- 3 a 5
- 6 a 10
- 11 a 20
- 21 a 30
- + de 30

Brasil



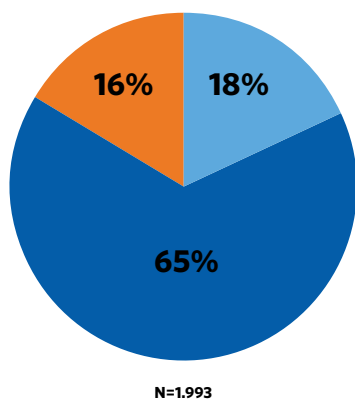
Região Sudeste



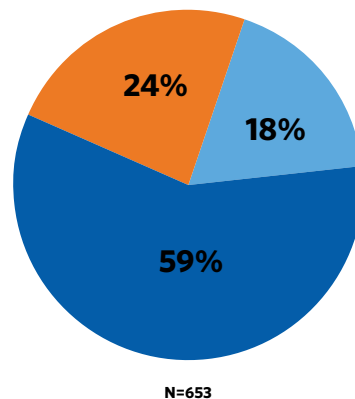
DEFESA CIVIL DIVIDE ESPAÇO FÍSICO COM OUTRO SETOR/ SECRETARIA

- Não dispõe de espaço físico próprio
- Sim
- Não

Brasil



Região Sudeste



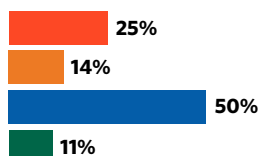
- No Brasil, 0,3% dos participantes responderam "Não sei".

QUALIDADE DOS EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

Em relação aos recursos materiais, cerca de metade das defesas civis respondentes não possui viaturas (51%) e tampouco celular com acesso à internet (54%). Os desafios também se referem a outros aspectos como falta de telefone fixo exclusivo para a defesa civil (57% não possuem) e radiocomunicador (78% não possuem). Também é importante destacar que apenas 61% afirmaram ter computador em boas ou ótimas condições.



COMPUTADORES/NOTEBOOKS



N=650



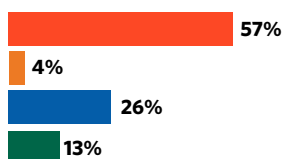
RÁDIO COMUNICADOR



N=646



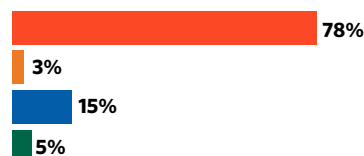
TELEFONE FIXO EXCLUSIVO DA DEFESA CIVIL



N=646



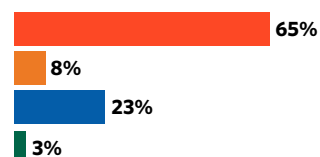
EMBARCAÇÕES/BARCOS



N=642



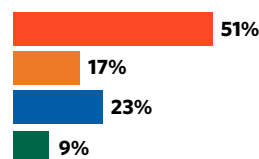
SOFTWARE



N=644



VIATURAS



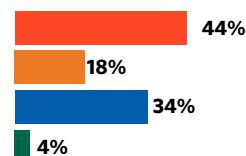
N=648



DAS DEFESAS CIVIS NÃO POSSUEM VIATURAS



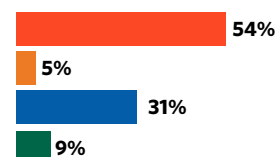
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL



N=650



TELEFONE CELULAR COM INTERNET



N=649

RECURSOS FINANCEIROS

Sobre recursos financeiros, 34% das defesas civis respondentes afirmaram ter orçamento próprio, enquanto 25% dos respondentes informaram que a origem dos recursos é o tesouro municipal e 15% como repasse de outras secretarias, ao passo que 9% das defesas civis obtêm recursos via emendas parlamentares; 24% das defesas civis responderam não dispor de orçamento próprio. O acesso a recursos via emendas parlamentares foi citado, mas ressaltado como algo novo, já que antes os recursos eram destinados para construir pontes e fazer estradas:

“A emenda foi 100 mil reais, com a qual a gente conseguiu a aquisição de uma viatura, de um carro, de um kit de incêndio, das tendas, de geradores, que a gente não tinha, motosserra...”

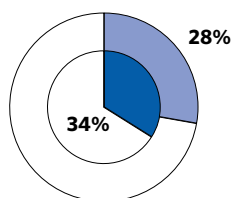
As entrevistas em profundidade foram importantes para detalhar algumas dessas dificuldades relativas aos recursos financeiros, como explicitadas anteriormente. As fontes de recursos, periodicidade e valores que as defesas civis obtêm são um grande desafio para o planejamento das suas atividades, sobretudo pela sua inconstância e imprevisibilidade.

“Embora a gente tenha muita coisa, você vê que entra verba; essa verba não tem uma frequência boa. Vem uma verba num período e às vezes fica escasso durante vários anos. Então a resposta seria sim, muitas vezes falta recurso sim. Isso é fato. Parece até que... a impressão que dá é que está reclamando de barriga cheia, né, pelo que as pessoas vêem, mas isso aqui a gente tem muito em função de parcerias”

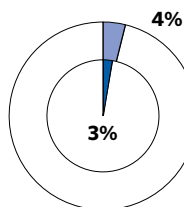
ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS



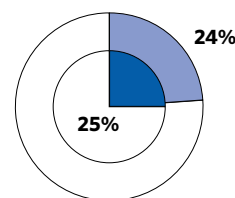
Orçamento próprio



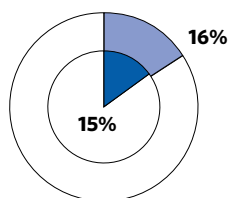
Fundo de reserva



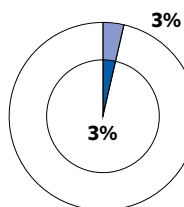
Tesouro municipal



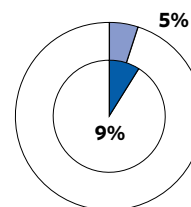
Repasse de outras secretarias municipais



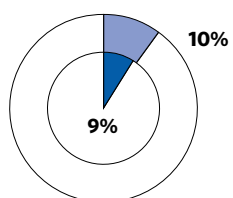
Doações de pessoas físicas ou jurídicas



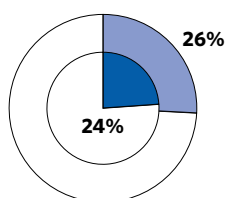
Emendas parlamentares



Programas do Estado



Não tem



- Nessa questão, o (a) respondente poderia indicar mais de uma alternativa.
- A opção "Não sei" foi indicada por 8% e 11% dos respondentes da Região Sudeste e Brasil, respectivamente.

Quanto à análise dos resultados do questionário online sobre orçamento das defesas civis em relação ao ciclo de desastres, a inexistência de recursos para antes, durante e após desastre foi identificada entre 23%, 17% e 16%, respectivamente. Em relação ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil (CPDC) ainda há desafios para sua implementação em muitos municípios da Região Sudeste. Entre os respondentes da pesquisa estão os que simplesmente desconhecem o CPDC (18%); os que afirmaram não possuir o cartão (45%); e os que não possuem e tiveram dificuldade em obtê-lo (10%).

Outro desafio é a percepção de que as defesas civis são fortemente incrementadas com o advento do desastre, mas “abandonadas” com o passar do tempo. O relato é de que o que possuem de recursos foi originado na “compensação” da calamidade e, talvez, uma compensação desproporcional ao fato, já que os depoimentos vêm permeados de inseguranças, diante do confronto com eventos que possam se repetir. Essa percepção é reiterada, já que a maior estrutura exige também maiores aportes para manutenção. De uma forma geral, há o reconhecimento de que as defesas civis só são lembradas no momento da tragédia:

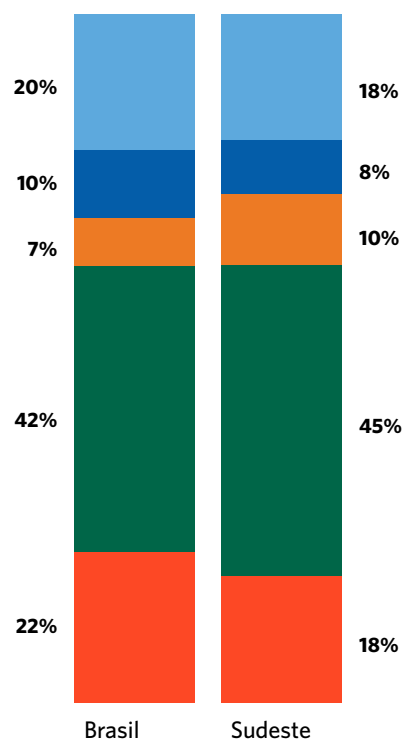
“Ela [defesa civil] poderia ser muito melhor estruturada, mas sempre há pouco investimento e, quando não está acontecendo chuva, quando não tem desastre as defesas civis de modo geral são esquecidas. Então se diminui investimento e manejam verba do nosso orçamento para outra secretaria, para outra pasta e tal. Aí de repente chove, sai todo mundo desesperado atrás da gente [...]”

Cartão de Pagamento de Defesa Civil



CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL (CPDC)

- Sim, mas nunca usei
- Sim, já usei
- Não, tive dificuldade em obtê-lo
- Não tem
- Não, não sabia da existência do cartão



N=1.993 (Brasil) e 653 (Sudeste)

MAIOR DESAFIO RELACIONADO À ESTRUTURAÇÃO

Quando questionadas sobre qual o maior desafio relacionado à estruturação, 24% dentre as 653 defesas civis municipais elegeram a falta de recursos financeiros. Outras dificuldades relatadas para realizar o trabalho na defesa civil foram: falta de recursos humanos (22%), de equipamentos (20%), e de reconhecimento da carreira de defesa civil (11%).

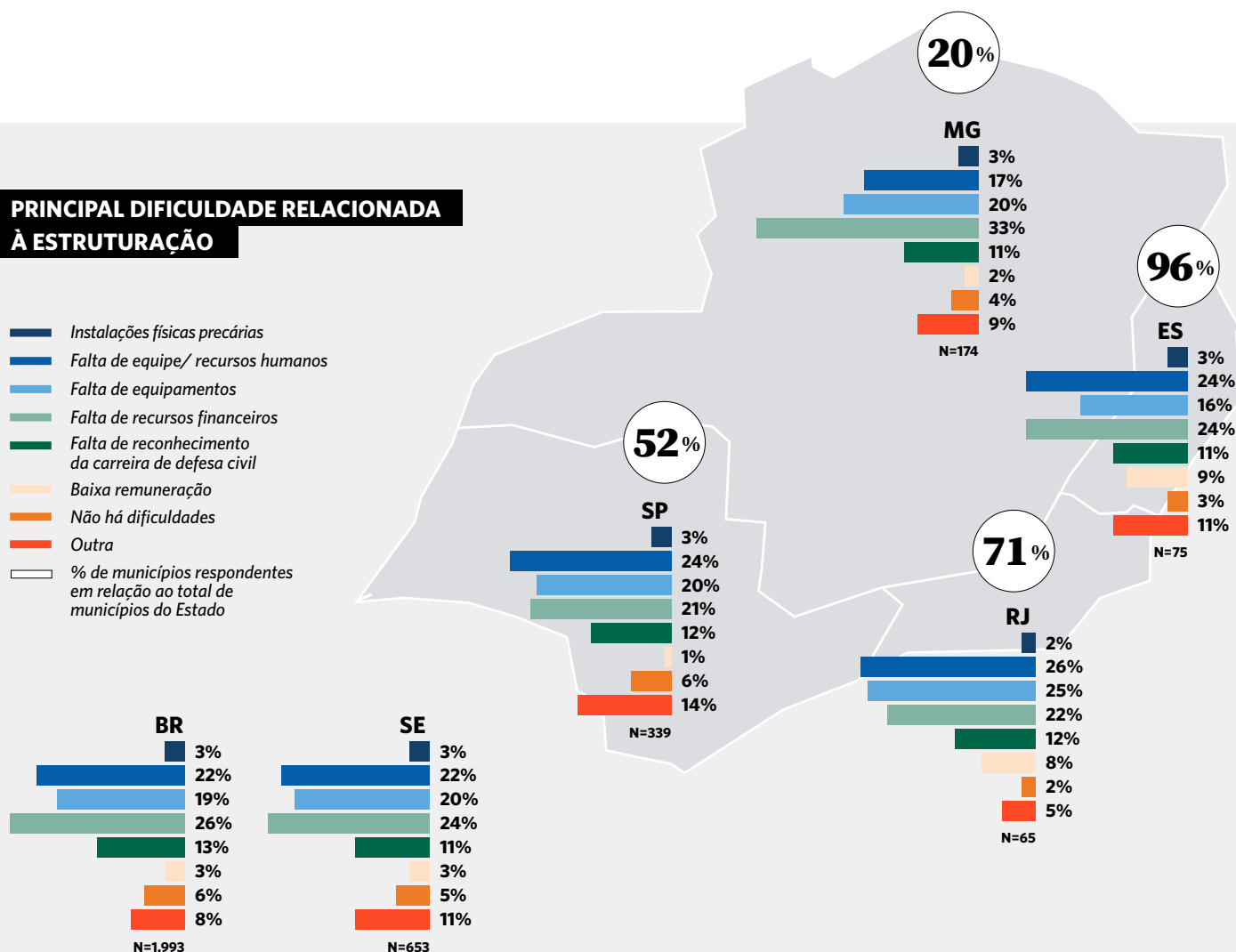
34%

DAS DEFESAS CIVIS TÊM ORÇAMENTO PRÓPRIO (PORCENTAGEM SUPERIOR À MÉDIA NACIONAL)

PRINCIPAL DIFICULDADE RELACIONADA À ESTRUTURAÇÃO

- Instalações físicas precárias
- Falta de equipe/ recursos humanos
- Falta de equipamentos
- Falta de recursos financeiros
- Falta de reconhecimento da carreira de defesa civil
- Baixa remuneração
- Não há dificuldades
- Outra

□ % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



25

Aspectos relacionados à governança buscam esmiuçar as relações e os atores envolvidos no dia a dia das defesas civis municipais, sejam eles estatais e não-estatais

A maioria das defesas civis respondentes (49%) está vinculada ao gabinete do (a) prefeito (a), enquanto outras se vinculam à secretaria municipal de segurança (17%), obras (13%), meio ambiente (11%), assistência social (3%) e agricultura (3%). O fato de estar lotado em algumas destas secretarias pode acarretar uma falta de consenso acerca de suas atribuições, tanto pelas próprias secretarias municipais quanto pela sociedade que demanda seus serviços. No caso de defesas civis que estão lotadas em secretarias de meio ambiente, notam-se práticas relacionadas a podas de árvores e retirada de casulos de abelhas, por exemplo. Aquelas que tiveram sua origem em obras, tendem a realizar atividades como limpeza de bueiros, drenagem de dutos etc.

“Nós passamos acho que duas gestões, quase oito anos, como autarquia, onde a gente tinha uma... assim, uma... era mais rápido, né, porque a autarquia ela é independente, tem o seu próprio CNPJ. Então ela tinha essa independência e conseguia as coisas assim mais rápido”.

49%

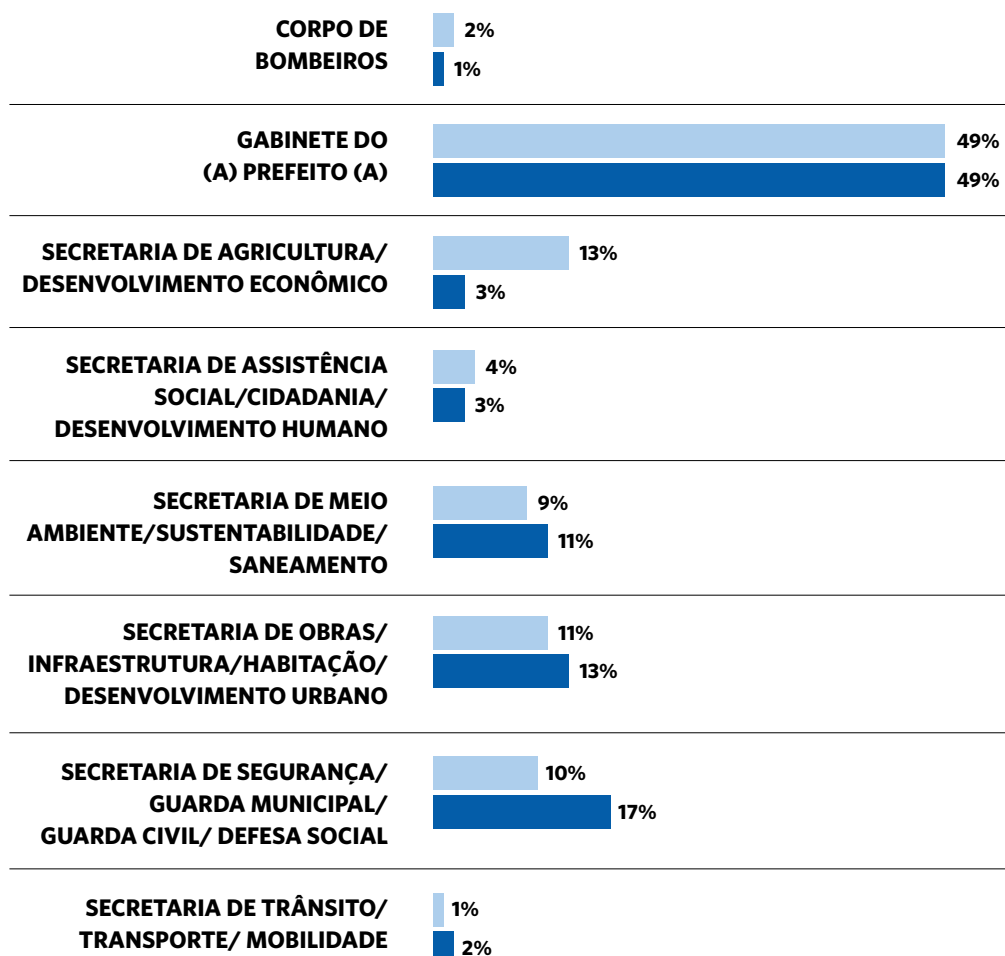
DAS DEFESAS CIVIS ESTÃO VINCULADAS AO GABINETE DO (A) PREFEITO (A)

ESTÃO VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

17%

VÍNCULO DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS

Brasil
N=1.993
Sudeste
N=653



- Na Região Sudeste 0,3% das defesas civis estão vinculadas à instituição militar do município; no Brasil, esse valor foi de 0,2%

Quando questionados sobre as principais instituições, atores ou setores que atuam em conjunto com as defesas civis, as secretarias municipais foram indicadas por 91% dos participantes. Um total bastante expressivo também indicou o corpo de bombeiros (70%), além da defesa civil estadual (65%).

INSTITUIÇÕES, ATORES OU SETORES QUE ATUAM EM CONJUNTO COM A DEFESA CIVIL AO LONGO DO ANO		
Instituições ou setores	Brasil	Sudeste
Secretarias municipais	92%	91%
Secretarias estaduais	17%	16%
Defesa Civil Estadual	69%	65%
Corpo de Bombeiros	58%	70%
Defesa Civil Nacional	30%	26%
Instituições de monitoramento e alerta	23%	32%
Associação de bairros	11%	13%
Sociedade civil organizada (ONGs, cooperativas, etc)	14%	11%
Setor privado	11%	16%
Imprensa	19%	22%
Universidades ou centros de pesquisa	5%	7%
Voluntários	34%	36%
Outro	4%	5%
Nenhuma das anteriores	1%	2%

COLABORAÇÃO ENTRE MUNICÍPIOS

Outro aspecto importante da governança é a colaboração entre municípios, seja para empréstimo de equipamentos, seja para atuação conjunta. De modo geral, metade (50%) das defesas civis afirmaram participar de iniciativas em RRD com municípios vizinhos, o que se dá, principalmente, de maneira não formalizada (42%):

“Eles [defesa civil de município vizinho] pediram apoio nosso para fazer vistoria técnica, acho que em mais de 300 casas que precisavam passar por vistoria. A gente ajudou. Agora, (...) me pediu emprestado uma máquina de descontaminação, eles vão buscar ela hoje”

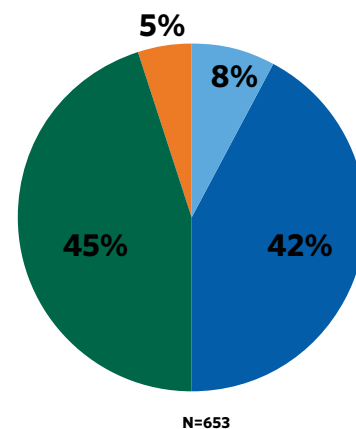
Em relação às parcerias e convênios, foi citado um convênio com organização não governamental para auxiliar nas atividades de proteção e defesa civil. Um dos entrevistados mencionou que há um termo de colaboração técnica entre o município e uma ONG que agiliza os encaminhamentos, por ser menos burocrático que os processos licitatórios, por exemplo.

Outros municípios também mencionaram uma série de parcerias e convênios:

“a gente capacita os professores a darem a matéria de defesa civil de uma forma transversal, ou seja: eles, eles não falam diretamente da defesa civil, mas usam a defesa civil nas aulas deles. Falar de... na aula de matemática aí fala sobre o pluviômetro, os índices, aí usa os números para associar uma coisa com a outra. Então é mais uma parceria que a gente tem com a educação”.

PARTICIPAÇÃO EM INICIATIVAS DE RRD ENTRE MUNICÍPIOS VIZINHOS

- Sim, formalizada por decreto
- Sim, mas não formalizada
- Não participa
- Não sei



A comunicação é um **ASPECTO FUNDAMENTAL** da governança. Há diferentes formas de comunicação (comunicação para imprensa, comunicação para público interno, comunicação para a população), assim como uma **DIVERSIDADE DE CANAIS** que podem ser utilizados.

COMUNICAÇÃO

A comunicação é fundamental na governança e torna-se cada vez mais importante pensar nos diferentes públicos que se deseja envolver nas ações de Proteção e Defesa Civil, incluindo o respeito à diversidade cultural e regional.

Em relação aos meios mais usados para comunicação do trabalho da defesa civil inserem-se as redes sociais (Facebook, Instagram), utilizadas por 64% dos respondentes, os aplicativos de mensagens (42%) e os alertas por mensagem SMS (31%). As campanhas educacionais (28%), os programas de rádio (23%), sites, revistas ou jornais (23%) também são utilizados pelas defesas civis municipais da Região Sudeste. Além de encontros presenciais com a comunidade, como reuniões e palestras, os entrevistados citaram que costumam fazer uso dos meios de comunicação locais para difundir o trabalho da defesa civil.

Mais da metade das 653 defesas civis municipais da Região Sudeste consideram adequada a comunicação com outros órgãos e secretarias municipais (84% dos respondentes), com outras instituições que atuam na área de defesa civil (76%), imprensa local (64%) e população (64%).

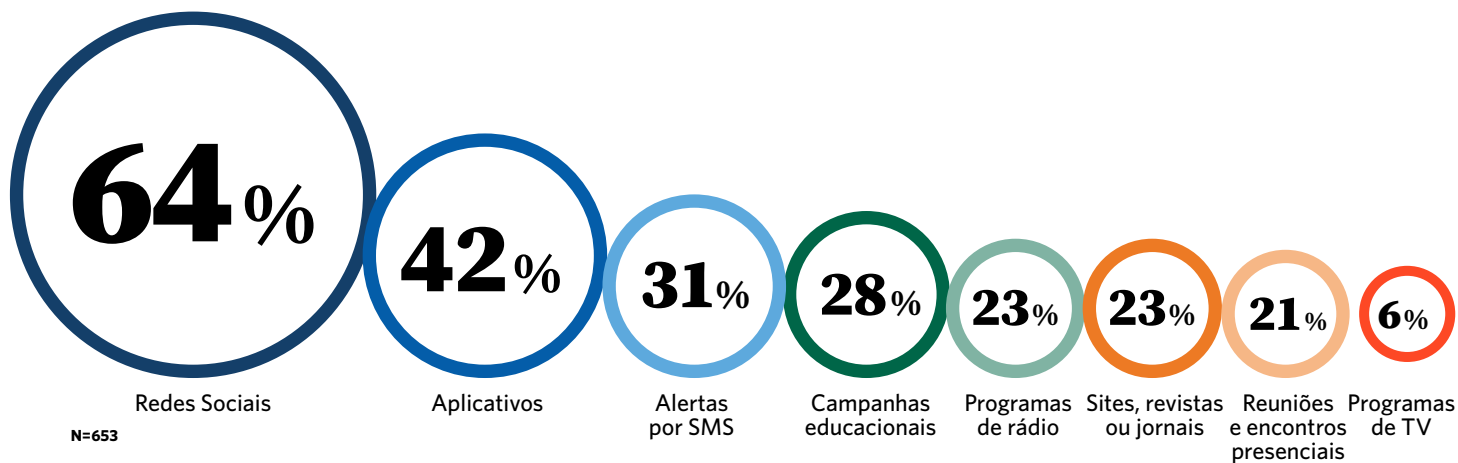
25%

DAS DEFESAS CIVIS NÃO POSSUEM COMPUTADOR OU NOTEBOOK

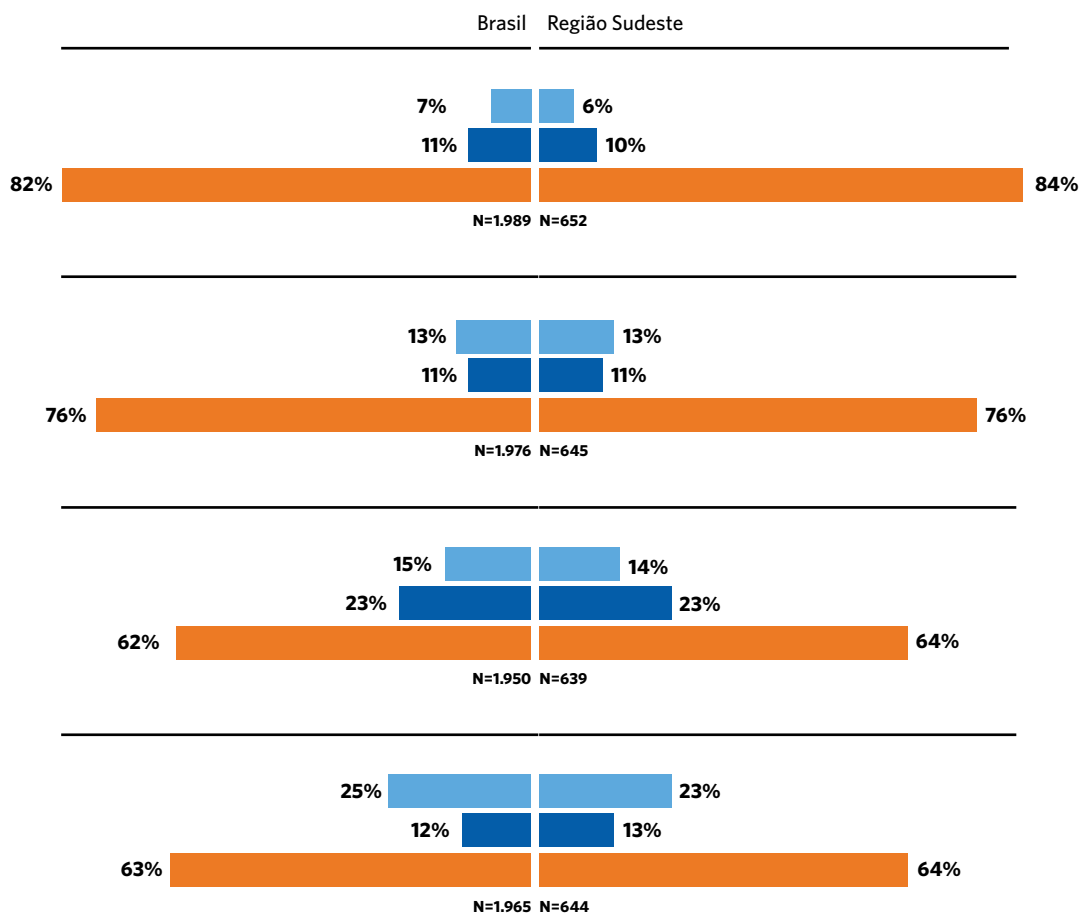
64%

DAS DEFESAS CIVIS UTILIZAM REDES SOCIAIS PARA COMUNICAÇÃO DO SEU TRABALHO

MEIOS MAIS UTILIZADOS PELA DEFESA CIVIL PARA COMUNICAÇÃO



AValiação sobre a comunicação da Defesa Civil com diferentes atores



COMUNICAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS E SECRETARIAS MUNICIPAIS

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



INSTITUIÇÕES QUE ATUAM NA ÁREA DE DEFESA CIVIL

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



POPULAÇÃO

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



IMPRENSA LOCAL

— Inexistente
— Inadequada
— Adequada



LEGISLAÇÃO

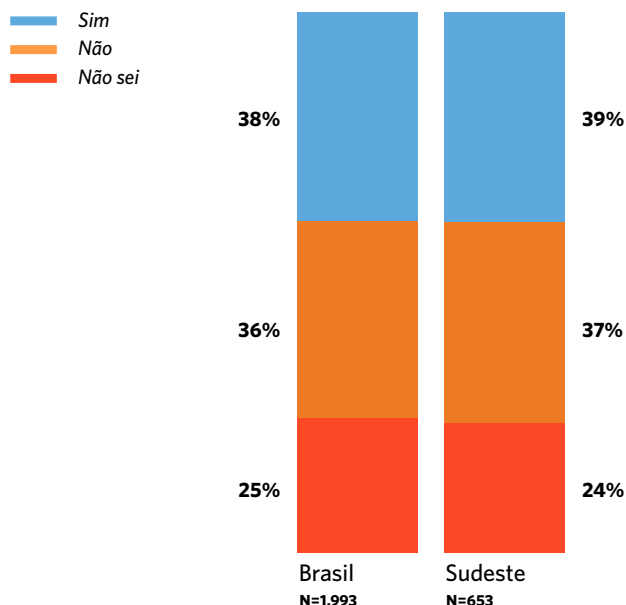
As entrevistas em profundidade foram importantes para identificar como muitas defesas civis municipais ainda carecem de conhecimento jurídico. A percepção sobre o papel do Direito dos Desastres diante das ações mandatórias de reparação/indenização ainda não é muito clara. Os relatos dos entrevistados são pouco sensíveis a esse tema. Espontaneamente tendem a colocar as ações de reparação como uma ajuda, um suporte, mas não como direito do município e/ou do munícipe atingido por um desastre de origem antropogênica/tecnológica.

Nota-se ainda uma dificuldade em relação à implementação das leis e da burocracia que cercam os processos. Isso fica claro quando um dos entrevistados fala que a prestação de contas é tão complicada que desestimula o pedido por recursos:

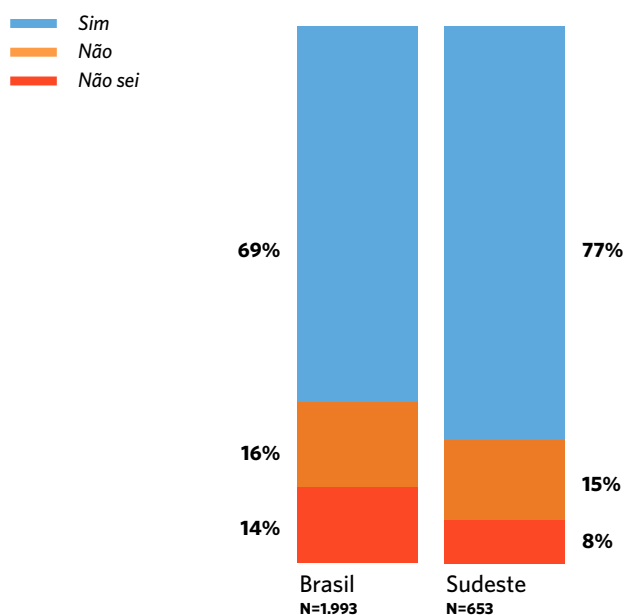
“[...] lógico que a lei tem que fazer com que as pessoas que peguem [o dinheiro], prestem conta, que sejam corretos com aquilo que faz. Agora, só que é tão burocrático, que as pessoas, às vezes, deixam de pegar, porque depois não conseguem prestar conta, de tão difícil que é. Acho que a lei tem que melhorar. Se o dinheiro é para isso, ele tem que ser... ela tem que ser mais maleável. Justa, correta, mas mais maleável. Tem coisa ali que não tem necessidade.”

Apesar desses desafios em relação à legislação, na Região Sudeste 77% dos participantes afirmaram que existe legislação municipal sobre Proteção e Defesa Civil, embora nem sempre as ações de defesa civil estejam incorporadas no planejamento municipal. 39% das defesas civis respondentes informaram que as ações de defesa civil estão incorporadas no planejamento municipal, enquanto 37% afirmaram que não e 24% não souberam dizer.

AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE DEFESA CIVIL OU GESTÃO DE RISCO DE DESASTRES



MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA

De modo geral as defesas civis municipais afirmaram organizar cursos e campanhas, porém não haver a participação social ou esta ser baixa.

Ao realizarem os trabalhos de mobilização comunitária, as defesas civis municipais se deparam com diferentes grupos sociais, com características etárias, étnicas, de gênero, pessoas com deficiência, refugiados, população em situação de rua etc., que podem demandar estratégias específicas a fim de não deixar ninguém de fora das ações de gestão de risco e de desastres. Alguns dos municípios entrevistados na Região Sudeste compartilharam o modo como incluem povos indígenas, comunidades tradicionais e quilombolas nas ações de proteção e defesa civil.

Estas defesas civis municipais têm evitado colocar-se em posições etnocêntricas, isto é, colocar sua cultura como centro do universo de forma a diminuir as outras culturas, desrespeitando-as ou classificando-as como menos “evoluídas”, “incivilizadas” etc. Muitas defesas civis municipais têm buscado a alteridade, ou seja, a capacidade de se colocar no lugar do outro, embora ainda lhe faltem conceitos e capacitação sobre como lidar com essa situação, como evitar preconceitos, como valorizar a cultura do outro:

“[...] a gente tem nove comunidades quilombolas reconhecidas, né, a gente tem uma aldeia, não é tribo, mas é uma aldeia indígena, que se estabeleceu aqui na nossa região, não é daqui, (...). E a gente tem a comunidade ribeirinha, né. Enfim... a gente trata todo mundo de forma igual, como pessoas, como vidas, né. Mas, eu acho que... a diferença, a distinção que tem que ter, que tem que existir nessa tratativa; a tratativa é igual, mas a distinção que tem que ter é em relação à cultura deles, né; da gente em relação à cultura deles, né. Entende? Tem que respeitar um pouco a cultura, essas ideias...”

32

MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

No questionário aplicado junto às 653 defesas civis municipais da Região Sudeste, o “apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco” (34%) e “trabalho preventivo com a população” (23%) foram apontados como o primeiro e segundo maior desafio relacionado à governança.

“então ela [pandemia] atrapalhou bastante porque a gente não teve os simulados acontecendo localmente para não juntar aglomeração, as reuniões não aconteceram mais, as reuniões com comunidade. Então teve uma série de coisas, um grande número de coisas, os NUPDECs (...) ficam prejudicadas por não poder estarem reunidas, tem que ser tudo via reuniões online, como estamos fazendo e, às vezes, nem todos da comunidade também têm essa possibilidade de fazer”

34%

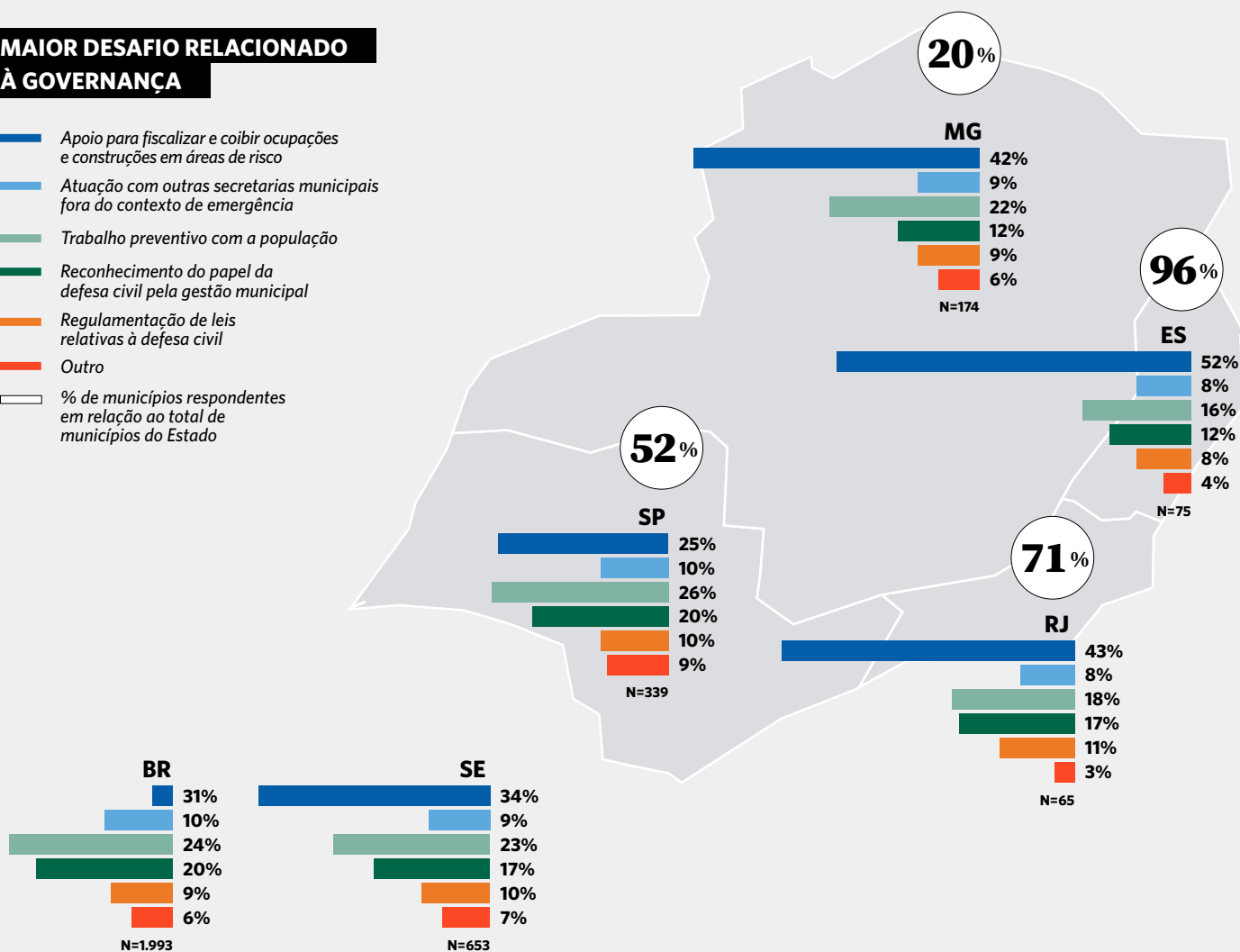
DAS DEFESAS CIVIS IDENTIFICARAM A FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO COMO O MAIOR DESAFIO

23%

IDENTIFICARAM O “TRABALHO PREVENTIVO COM A POPULAÇÃO” COMO O MAIOR DESAFIO

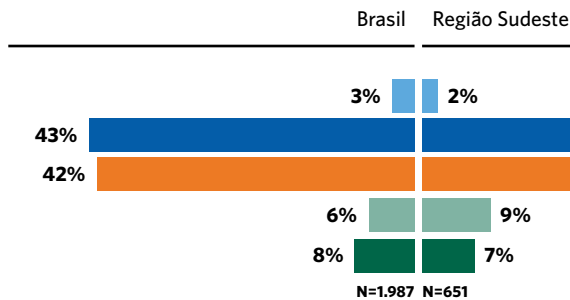
MAIOR DESAFIO RELACIONADO À GOVERNANÇA

- Apoio para fiscalizar e coibir ocupações e construções em áreas de risco
- Atuação com outras secretarias municipais fora do contexto de emergência
- Trabalho preventivo com a população
- Reconhecimento do papel da defesa civil pela gestão municipal
- Regulamentação de leis relativas à defesa civil
- Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



A capacitação se refere às necessidades de formação, de habilidades e competências, para o aprimoramento das capacidades organizacionais e técnicas

AVALIAÇÃO SOBRE ATUAÇÃO DA DEFESA CIVIL ANTES, DURANTE E DEPOIS DO DESASTRE

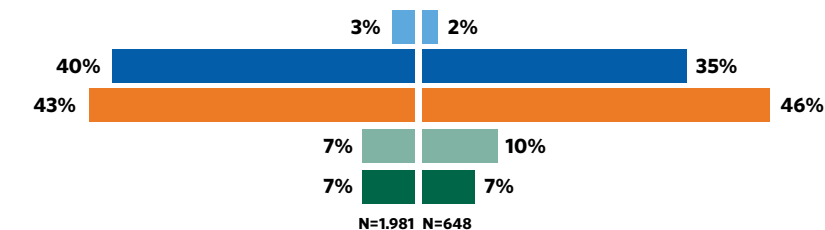


**ANTES DO
DESASTRE**

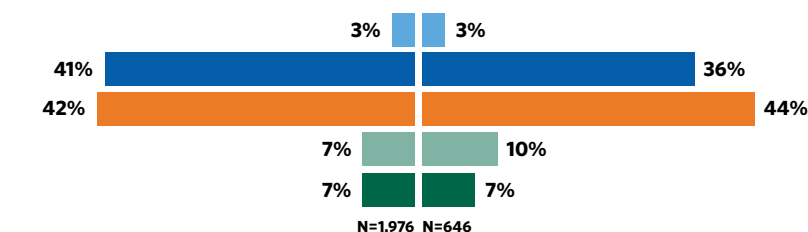
**PARA ACESSAR
AS CAPACITAÇÕES
DA SEDE**

■ Não sei
■ Pouco capacitada
■ Capacitada
■ Muito capacitada
■ Não se aplica

- A opção "Não se aplica" seria para os casos em que o (a) respondente não tem experiência em atuação especificamente naquela etapa.



**DURANTE O
DESASTRE**



**DEPOIS DO
DESASTRE**

Em relação à atuação das defesas civis nas diferentes fases do desastre, mais da metade delas se considera capacitadas ou muito capacitadas para atuar antes (54%), durante (55%) e depois do desastre (54%).

Mesmo aqueles que se dizem preparados, reconhecem que cursos de capacitação são sempre bem-vindos, à medida que são vistos como possibilidades de reciclagem. Uma das queixas diz respeito à oferta de tais formações:

“Ao invés da gente ter que ficar procurando outros órgãos, para buscar curso, muitas vezes a gente tem que ficar ligando, mandando ofício, pedindo. Os bombeiros, por exemplo, dão o treinamento para nós de combate a incêndio, treinamento de atendimento hospitalar. Igual, a Marinha dá o curso de embarcação. Assim, poderia ter uma integração entre esses órgãos para ter mais capacitação, sabe, para poder capacitar mais pessoas. E a gente não ter que ficar o tempo todo pedindo, buscando...”

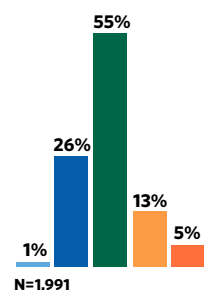
Quanto às atividades associadas ao trabalho da defesa civil ao longo do ano, mais da metade das 653 defesas civis municipais se sente capacitada ou muito capacitada para declarar situação de emergência ou estado de calamidade pública (66%), promover a interação com a população (63%), avaliar e informar danos materiais (60%), avaliar o risco, disparar alertas e manter a população informada (59%), identificar e mapear áreas de risco (57%), organizar e administrar abrigos (57%). As defesas civis ainda se sentem pouco capacitadas para utilizar o CPDC, conforme relata um dos entrevistados:

“Eu nem toco naquele cartão. Entreguei na mão do prefeito. Você vem, você pega, você fala, põe no seu nome, não quero ficar com isso não... Aí quando os recursos chegam, você pega o recurso para uma determinada situação, quando ele chega, ele chega cinco seis anos depois. Aí você já não pode nem gastar, porque o cartão é para urgência e emergência. Quando o dinheiro chega, já acabou a urgência e emergência, daí você vai prestar conta de que? Como é que você vai prestar conta? O município teve que devolver esses tempos atrás aí, uns dois anos e pouco atrás, três milhões; teve que devolver porque chegou cinco anos depois. Aí... quer dizer, fica difícil! Eles têm que mudar essa situação [...]”.

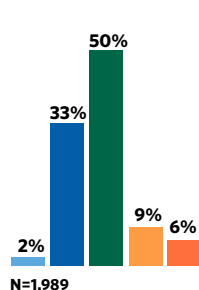
AValiação da Capacidade da Equipe da Defesa Civil Municipal em Diferentes Atividades

Não sei
 Pouco capacitada
 Capacitada
 Muito capacitada
 Não se aplica

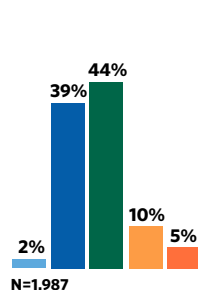
PROMOVER A INTERAÇÃO COM OUTRAS SECRETARIAS MUNICIPAIS



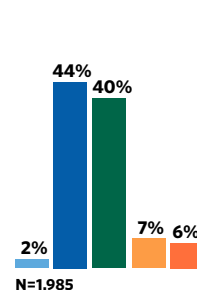
PROMOVER A INTERAÇÃO COM A POPULAÇÃO



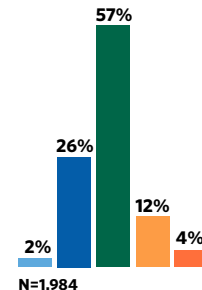
IDENTIFICAR E MAPEAR ÁREAS DE RISCO



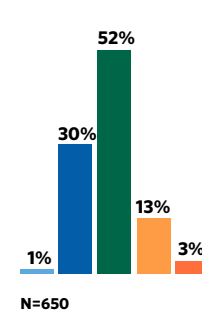
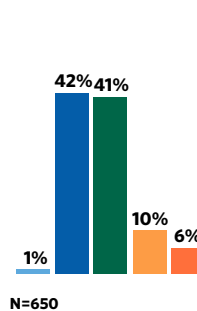
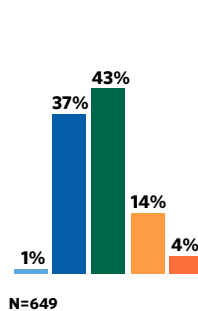
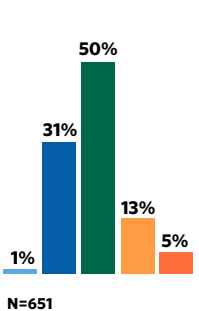
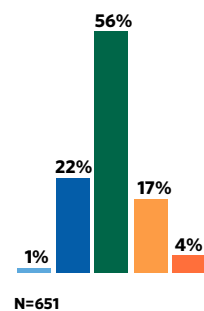
PROMOVER A FISCALIZAÇÃO DE ÁREAS DE RISCO



DECLARAR SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA



Brasil



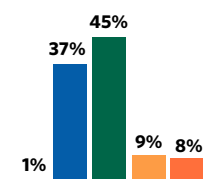
Sudeste

68%

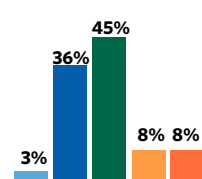
UTILIZAM OS MAPAS DE RISCO

53%

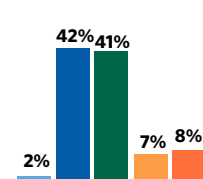
AINDA NÃO UTILIZAM SISTEMA DE ALERTA ANTECIPADO

**AVALIAR O RISCO,
DISPARAR ALERTAS
E MANTER A
POPULAÇÃO
INFORMADA**


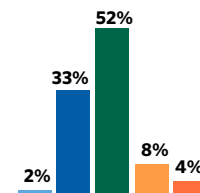
N=1.985

**ORGANIZAR E
ADMINISTRAR
ABRIGOS E
SOLUÇÕES PARA
DESABRIGADOS**


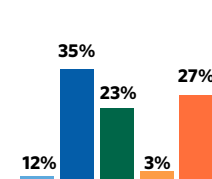
N=1.982

**MOBILIZAR
E CAPACITAR
VOLUNTÁRIOS PARA
ATUAÇÃO CONJUNTA
COM A DEFESA CIVIL**


N=1.984

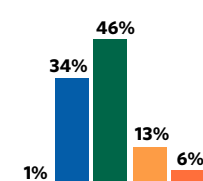
**AVALIAR E INFORMAR
DANOS MATERIAIS,
PREJUÍZOS ECONÔMICOS
E AMBIENTAIS PARA
OS DEMAIS ENTES**


N=1.983

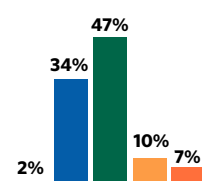
**UTILIZAR O CARTÃO
DE PAGAMENTO DE
DEFESA CIVIL (CPDC)**


N=1.978

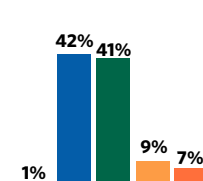
Brasil



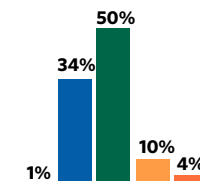
N=649



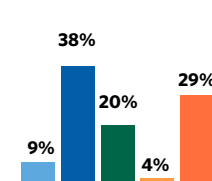
N=650



N=651

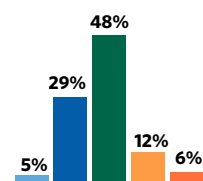


N=649

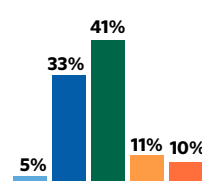


N=644

Sudeste

**UTILIZAR A
PLATAFORMA S2ID**


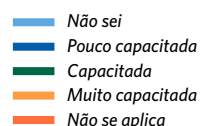
N=1.989



N=651

Brasil

Sudeste



A grande maioria das defesas civis municipais da Região Sudeste utiliza os mapas de risco (68%) e os planos de contingência (62%). Entretanto, 53% ainda não utilizam sistema de alerta antecipado e o cadastro de população em área de risco e 17% não sabem sobre o certificado da campanha “Construindo Cidades Resilientes”. Ainda que utilizem os mapas de risco, há o reconhecimento da necessidade de sua constante atualização. Algumas defesas civis têm realizado o seu próprio mapeamento - como uma atividade para maior detalhamento dos mapeamentos da CPRM - assim como têm se especializado cada vez mais nas ações de monitoramento meteorológico e hidrológico. Conforme relataram alguns entrevistados:

“Agora o que eu percebo [...] é que de lá para cá, de 2012 para cá, por conta da própria natureza, né, que se recupera e... já vai mudando... Tem que atualizar, né? Porque ali tem erosão, lá tem um assoreamento, né, do corpo d'água, ali tem uma erosão e aí vai mudando a situação. Um lugar que chegava com oito... já chegou com sete e mais de sete e meio.... Então você percebe na prática, ano a ano, que aquele mapeamento precisa ser atualizado também. Não sei como se faz isso, mas parece.... parece não... de fato, a natureza, ela é viva, vai mudando, é dinâmica”

“[...] nós temos aqui os nossos pontos mapeados. Nós temos o CPRM. Ele mapeou todas as áreas de risco nossas aqui. E algumas que eles não fizeram, nós já temos o nosso mapeamento próprio aqui. A gente já sabe quais locais, tudo, igual eu falei anteriormente. A quantidade de milímetro que chove, eu já sei qual o bairro que dá problema, qual o local que vai dar ou não, então a gente já sabe tudo isso aí, está tudo mapeado.”

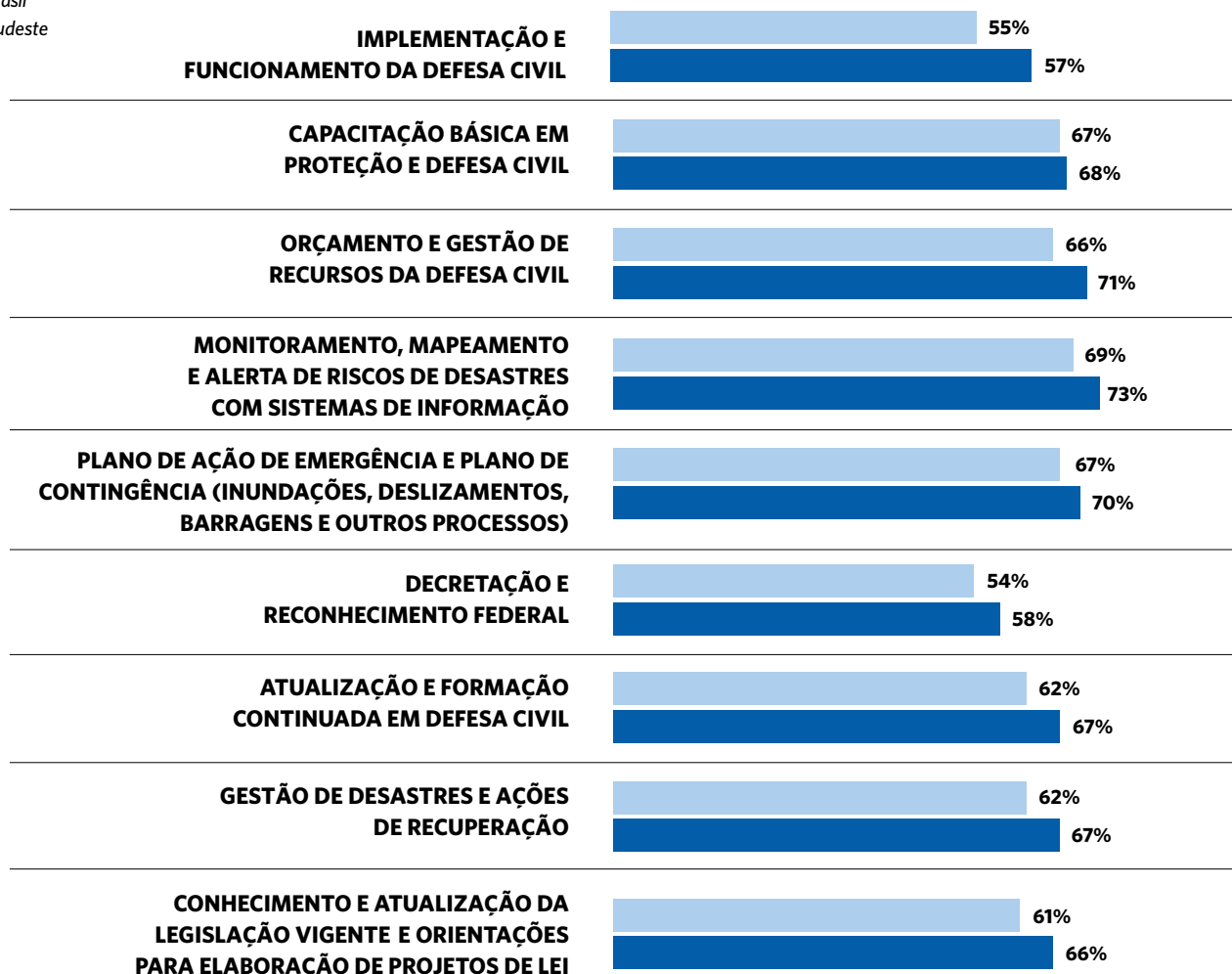
Quando questionados sobre os cursos de interesse, notou-se preferência por temas relacionados a monitoramento, mapeamento e alerta de riscos de desastres com sistemas de informação e orçamento

e gestão de recursos da defesa civil. Na visão de alguns entrevistados, seria importante que a SEDEC capacitasse as defesas civis municipais com temas relacionados à governança, gestão pública administrativa e organizacional.

“Eu acho que o governo federal pode capacitar a gente. Não no sentido operacional, que a gente já tem, para dar a resposta, né, capacitar para você tem uma resposta para ocorrência, mas no sentido da burocracia da coisa. Porque a gente é muito leigo nisso, né. Você ser capacitado para você na questão do planejamento, na questão da organização, na questão da prestação de contas...”

CURSOS DE INTERESSE DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO ONLINE

Brasil
Sudeste



- Nessa questão, o (a) respondente poderia indicar mais de uma alternativa.
- N=1.993 (Brasil) e N=653 (Região Sudeste).

Outro ponto importante são os treinamentos e capacitações que a própria defesa civil municipal oferece à população em geral. Sobre esse aspecto, chama a atenção o baixo percentual (14%) de defesas civis municipais que oferecem cursos aos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECs). A questão permitiu identificar que 34% das defesas civis municipais entrevistadas informaram não possuir NUPDECs (“não se aplica/não há NUPDEC no município”).

A DEFESA CIVIL MUNICIPAL OFERECE CURSOS AOS NUPDECs?

Não se aplica/não há NUPDEC no município

34%

Não

47%

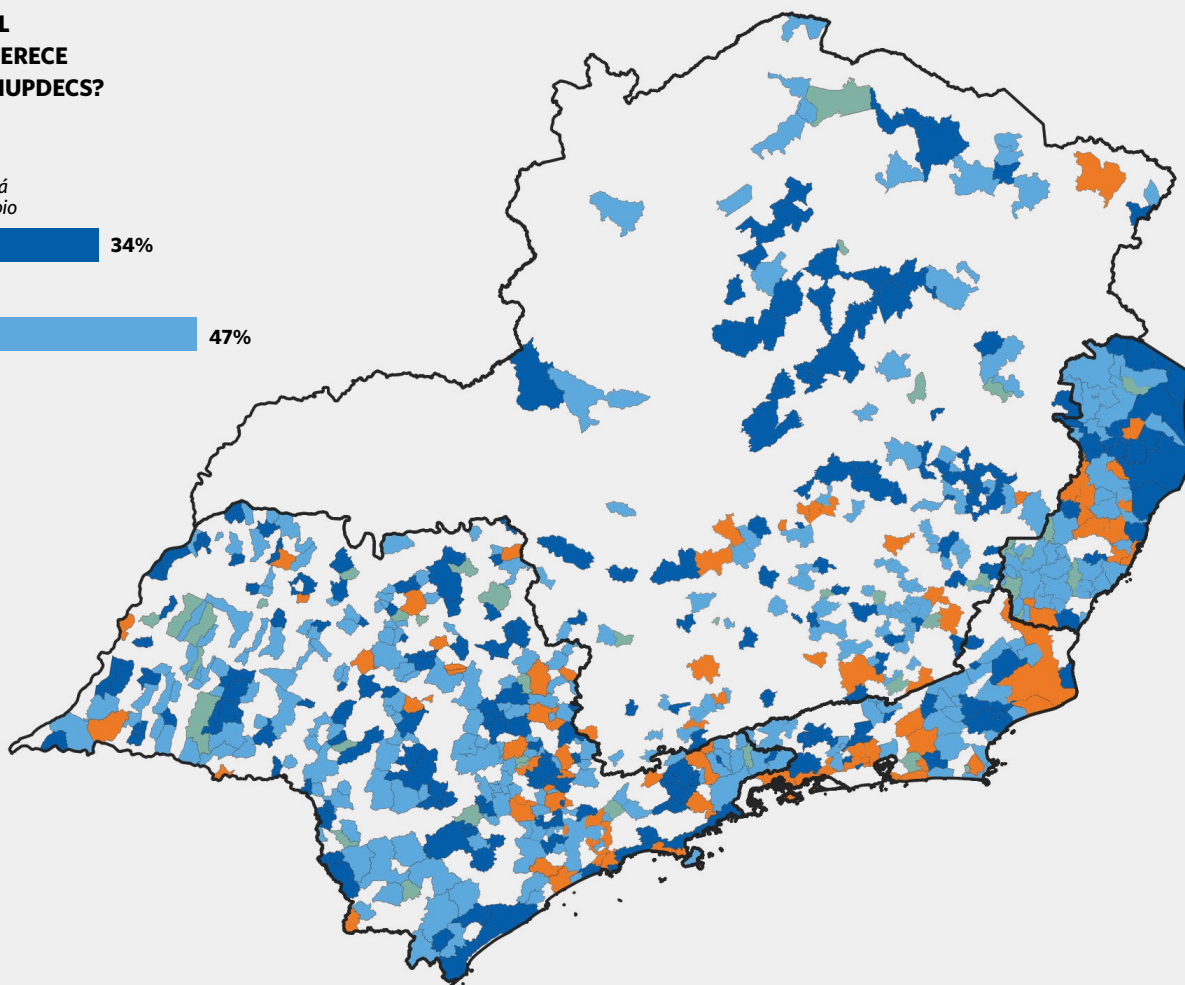
Não sei

6%

Sim

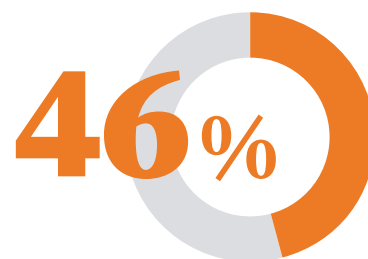
14%

N=653



MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO

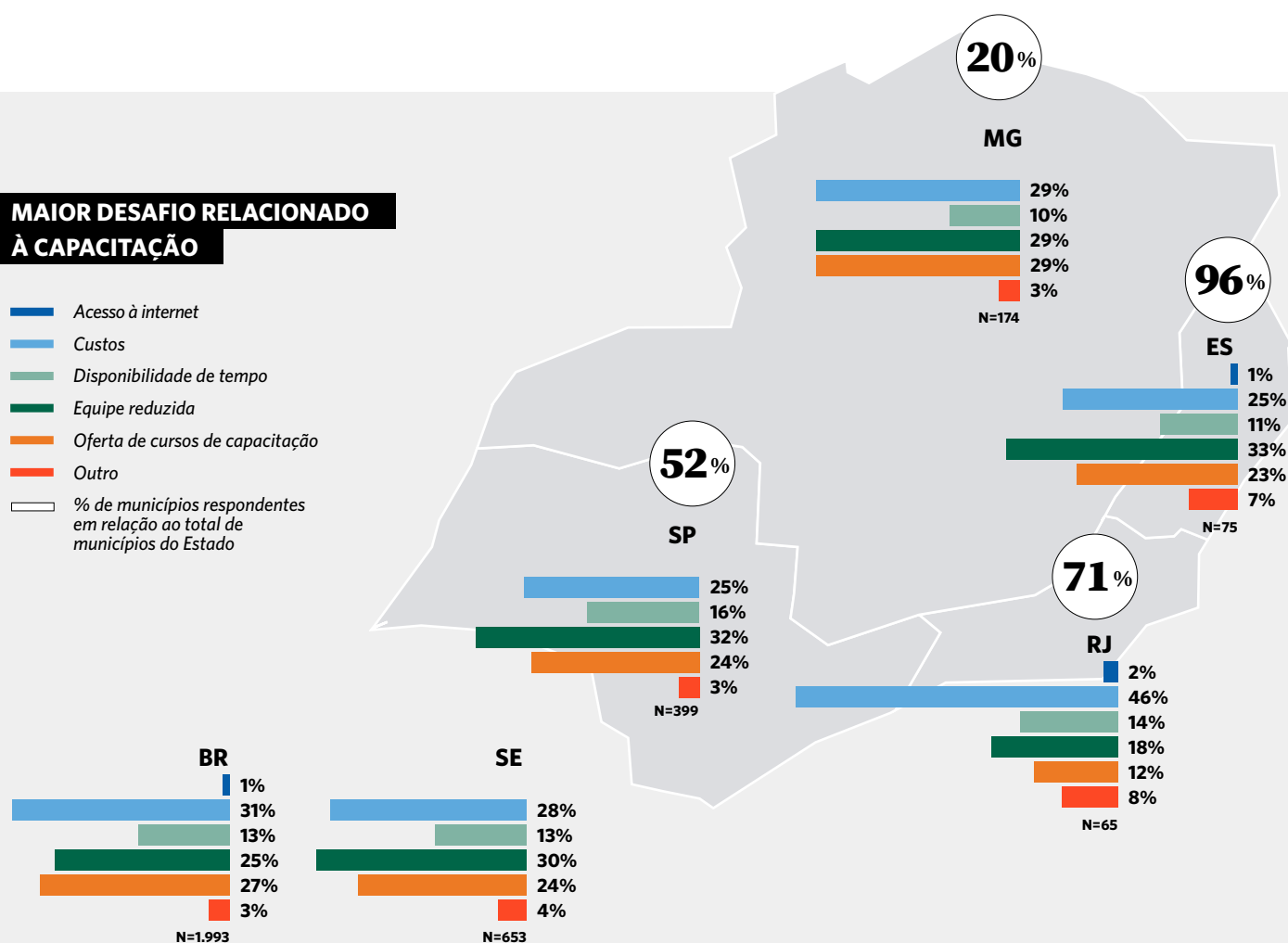
Para além dos cursos de interesse e preferências por modalidade de capacitação também é importante identificar os entraves que as defesas civis municipais possuem para realizar essa capacitação. A pesquisa identificou que os obstáculos se devem a três fatores principais: equipe reduzida (30%), custos (28%) e a falta de oferta (24%).



DAS DEFESAS CIVIS POSSUEM DE UM A DOIS INTEGRANTES EM SUAS EQUIPES

MAIOR DESAFIO RELACIONADO À CAPACITAÇÃO

- Acesso à internet
- Custos
- Disponibilidade de tempo
- Equipe reduzida
- Oferta de cursos de capacitação
- Outro
- % de municípios respondentes em relação ao total de municípios do Estado



- 0,5% e 0,3% dos participantes da Região Sudeste e do estado de São Paulo, respectivamente, indicaram a opção "Acesso à internet".

Os grupos focais
foram um
espaço direto de
participação
dos representantes
e técnicos dos
órgãos estaduais
e municipais
de Proteção
e Defesa Civil

Questões debatidas nos grupos focais:

QUAIS SÃO OS NOSSOS SONHOS EM RELAÇÃO À DEFESA CIVIL?

Reconhecimento por parte de gestores sobre a importância da defesa civil

Ter capacitação para a equipe da defesa civil conhecer as demandas do município e, assim, agir de forma mais efetiva

Reconhecimento da defesa civil como órgão essencial, depender menos das secretarias

População conhecer o trabalho da defesa civil na prevenção e não apenas no desastre

Ter um efetivo melhor

Observar a defesa civil não apenas no momento da emergência

Equipe preparada para responder de forma adequada

Que a defesa civil tenha uma única linguagem em todos os lugares

Mais estrutura, com mais viaturas

Comprometimento da gestão pública e da sociedade, tornar a defesa civil mais acessível

Ter mais equipamentos

Efetivo maior

Ter colete, bota, capa de chuva e EPI

Local físico, equipado, para a realização do trabalho

Ter celular, tablet, computador

Ter mapeamento de áreas de risco para conhecer quem são as pessoas que estão nesses locais

Treinamento para que as pessoas consigam fazer mapeamento das áreas de risco e cadastro de pessoas para fazer plano de contingência

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA SE ATINGIR ESSES SONHOS?

Falta de profissionais com capacitação em áreas específicas

Aumentar o efetivo da defesa civil

Mudança na legislação federal

Apoio de outras secretarias para a defesa civil: secretário de obras, corte de taludes, assistentes sociais, etc.

Promover a criação de uma cultura na defesa civil, na gestão pública municipal

Que o município assuma responsabilidade pela estruturação da defesa civil

Pouca proteção jurídica

Levar adiante a criação efetiva da defesa civil e do cargo de agente de defesa civil, com regulamentação municipal

Regulamentação da Lei 12608

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil não estabelece padrões e critérios para a estruturação dos órgãos municipais

Pouco reconhecimento fora de situações de calamidade

Reconhecimento de que a defesa civil não é apenas algo do poder público

Falta de priorização da categoria de Proteção e Defesa Civil no acesso à vacinação

Que prefeitos entendam a responsabilidade da defesa civil

Reconhecimento da defesa civil como órgão de segurança primária

43

O QUE PODEMOS FAZER PARA SUPERAR TAIS DESAFIOS?

Sistema de Proteção e Defesa Civil implementando e funcionando efetivamente

Fortalecer a base: o Sistema de Proteção e Defesa Civil

Capacitação de profissionais

Aproveitar projetos já em andamento, como Cemaden Educação e dar mais alcance para atingirem um público maior

Implementação de Sistema Único de Proteção e Defesa Civil no modelo de Sistema Único de Saúde (SUS)

Estruturar as defesas civis municipais com equipamentos e profissionais capacitados

Concurso público para efetivação de agentes de defesa civil

Registro efetivo dos Estados de Calamidade Pública

Atualização de dados

Municípios trabalhando de forma integrada em vez de trabalhos individualizados

Os dois grupos focais virtuais com 36 municípios participantes também foram importantes para identificar consensos coletivos a respeito de questões abordadas no questionário online e nas entrevistas em profundidade. De maneira interativa e com bastantes pontos convergentes, os participantes discutiram três questões:

- i) quais os nossos sonhos em relação à defesa civil?;
- ii) quais os desafios para se atingir esse sonhos?;
- iii) o que podemos fazer para superar estes desafios?

As respostas a estas três questões abordaram, de forma transversal, os eixos da pesquisa: capacitação, estruturação e governança, com destaque maior para capacitação, apontada como a principal solução para o devido reconhecimento e estruturação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Um ponto importante relatado nos grupos focais foi o apoio das defesas civis nas ações estratégicas de combate à COVID-19 nos municípios, desde atuação no estabelecimento e manutenção de barreiras sanitárias, passando por desinfecção de praças e áreas públicas, apoio para estruturas de postos de vacinação e fiscalização de estabelecimentos e comércio contra aglomerações.

Um sonho comum nos grupos focais do Sudeste foi o de conquistar reconhecimento para as defesas civis municipais. Não raro, os participantes enfatizaram que os municípios configuram o lugar onde o desastre acontece, diferentemente dos Estados e da União. Nesse sentido, um destaque foi ter as defesas civis trabalhando como sistema, com cooperação e articulação entre os diferentes entes que atuam nas atividades de defesa civil. Falou-se em rede, em sistema, em grupos de articulação:

*“o maior desafio é os prefeitos entenderem a responsabilidade da defesa civil no município”
(mensagem digitada em chat durante realização de grupo focal).*

Dentre as propostas sugeridas, está a preocupação com o reconhecimento da profissão de defesa civil, por meio da criação de uma ocupação específica na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Soma-se a isso, o reconhecimento da periculosidade da atividade de defesa civil nos PPRAs (Programas de Prevenção de Riscos Ambientais) dos agentes, a se desdobrar no tempo e condições para aposentadoria destes. Outra forma é o reconhecimento da insalubridade, devido à exposição a agentes biológicos, na atuação na linha de frente das ações de enfrentamento da COVID-19. Nesse ponto, o grupo pediu a inclusão da defesa civil no Plano Nacional de Vacinação contra a COVID-19, reconhecendo-os como órgão de segurança primária.

A questão da vacinação dos agentes de defesa civil contra a COVID-19 foi citada como desafio associado à falta de valorização e/ou compreensão do papel da defesa civil. Alguns municípios ainda não haviam posicionado os profissionais como parte do grupo prioritário, ainda que eles atuassem na linha de frente.

Essa questão foi ampliada em plenária, quando um dos participantes mencionou o Direito Internacional Humanitário e um Decreto Federal Brasileiro como orientadores normativos a respaldar a demanda pela imunização imediata dos agentes das defesas civis. Essas orientações foram muito comemoradas pelos presentes, pois a partir deste momento perceberam que havia respaldo legal para solicitarem vacinação junto ao executivo municipal – oportunidade que evidenciou a frágil assistência jurídica no âmbito das defesas civis presentes.

Nessa direção de valorização dos agentes, os participantes expuseram a falta de proteção jurídica e de segurança para o desempenho das atividades. Solicitaram suporte para situações como ameaça de morte sofrido por um coordenador de defesa civil no exercício de cumprimento da lei, ou mesmo no exercício cotidiano da função desprovidos de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).



Na falta de uma diretriz nacional com esse detalhamento, o grupo observou a necessidade de preenchimento de uma lacuna para pautar a estrutura de operação das defesas civis, pois cada município a vincula e estrutura a seu modo. Além desta, o grupo reivindicou o órgão da defesa civil como área especializada a ser ocupada por profissionais capacitados, do mesmo modo que ocorre em áreas como saúde e assistência social. Nesse ponto, os participantes versaram sobre a necessidade de desmilitarização do órgão, indicando que o foco deveria ser a capacitação dos coordenadores e agentes para assumir o cargo e não a patente obtida. Nessa direção, os participantes também apontaram para uma capacitação dirigida para o gestor do município, a fim de esclarecer as atribuições e importância da defesa civil em todo o ciclo de gestão de riscos e de desastres. Devido à desinformação, ainda há fortes evidências de que o trabalho da defesa civil esteja circunscrito à resposta, deixando pouco espaço para as atividades de prevenção e mitigação.

De maneira geral, nos três momentos de reflexão, entre os sonhos, desafios e propostas para superação dos desafios, o destaque maior foi para dificuldades enfrentadas pelas instituições em função da falta de uma padronização do SINPDEC em nível nacional, conforme mencionou um dos participantes:

“ter uma padronização de uniformes, modelos de procedimento operacional padrão, para que todos tenham conhecimento do que são nossas atribuições” e “Sinto falta de uma padronização nas vistorias, nos registros dos documentos”

Um dos objetivos desta ação seria a sensibilização dos gestores locais com relação às atribuições da defesa civil, na expectativa de que compreendam as reais necessidades de estruturação da COMPDEC e assim disponibilizem recursos para o desenvolvimento de ações preventivas. Isto porque a falta de um reconhecimento do papel da defesa civil limita as ações referentes ao ciclo de gestão de riscos e desastres especialmente na implementação de medidas preventivas que possam auxiliar na mitigação dos riscos.

A falta de estruturação impõe grandes desafios na rotina das atividades de defesa civil, especialmente para se desenvolver um trabalho em todas as fases do ciclo de gestão de risco de desastres. Conforme apontado, quando há uma emergência e resposta a desastres, os equipamentos são disponibilizados de todas as formas. Alguns participantes relataram até usar veículos próprios para conseguir atender demandas da população. Para o cenário de prevenção e integração, a falta de equipamentos adequados para atender à realidade do município dificulta uma ação preventiva e contínua, como foi mencionado por um dos participantes:

“Uma coordenadoria bem estruturada poderia ter contribuído para um trabalho preventivo” (relato de participante em sessão de grupo focal).

As reflexões sobre o eixo estruturação abordaram as necessidades diárias para atuação da defesa civil como a falta de equipamentos adequados e equipes técnicas para atuação no âmbito operacional e administrativo, que comprometem os trabalhos, especialmente para atender a necessidade da população e para o desenvolvimento de ações de prevenção, como observado por um dos participantes:

“Para estruturar a defesa civil para atuar junto à população, precisamos de um reconhecimento” (relato de participante em sessão de grupo focal).

A falta de reconhecimento por parte dos gestores sobre o papel da defesa civil é um dos complicadores para aquisição de recursos para estruturação do órgão. Muito embora esta questão tenha sido relatada no eixo de estruturação, é preciso dizer que comumente se sobrepõe ao eixo de governança:

“Eu vejo que o maior desafio realmente é o reconhecimento da defesa civil no município, não apenas do setor ou do serviço, mas do que é realmente a defesa civil, que vai desde o fechar um registro de gás, até um estado de calamidade pública. Falta reconhecer que a defesa civil não é apenas o setor público, mas sim toda a população!” (relato de participante em sessão de grupo focal)

A vinculação direta da defesa civil ao gabinete do (a) prefeito (a) foi levantada como uma proposta para o enfrentamento dos desafios, em especial daqueles voltados à comunicação, relação intersetorial, estrutura física, humana e orçamentária. Esta última foi enfatizada no sentido de propor uma lei orçamentária anual, com incentivos próprios para a defesa civil, afim de possibilitar melhorias estruturais.



VEÍCULOS DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL.

Crédito: Luciana Londe/Projeto Elos.



UM DOS SONHOS É TER UMA DEFESA CIVIL MAIS ESTRUTURADA EM TERMOS DE RECURSOS HUMANOS, FINANCEIROS E EQUIPAMENTOS



SALA DE MONITORAMENTO EM UMA DAS DEFESAS CIVIS MUNICIPAIS.

Crédito: Luciana Londe/Projeto Elos.



UM DOS DESAFIOS É A FALTA DE RECONHECIMENTO SOBRE O PAPEL DA DEFESA CIVIL, POR PARTE DOS GESTORES PÚBLICOS E DA POPULAÇÃO

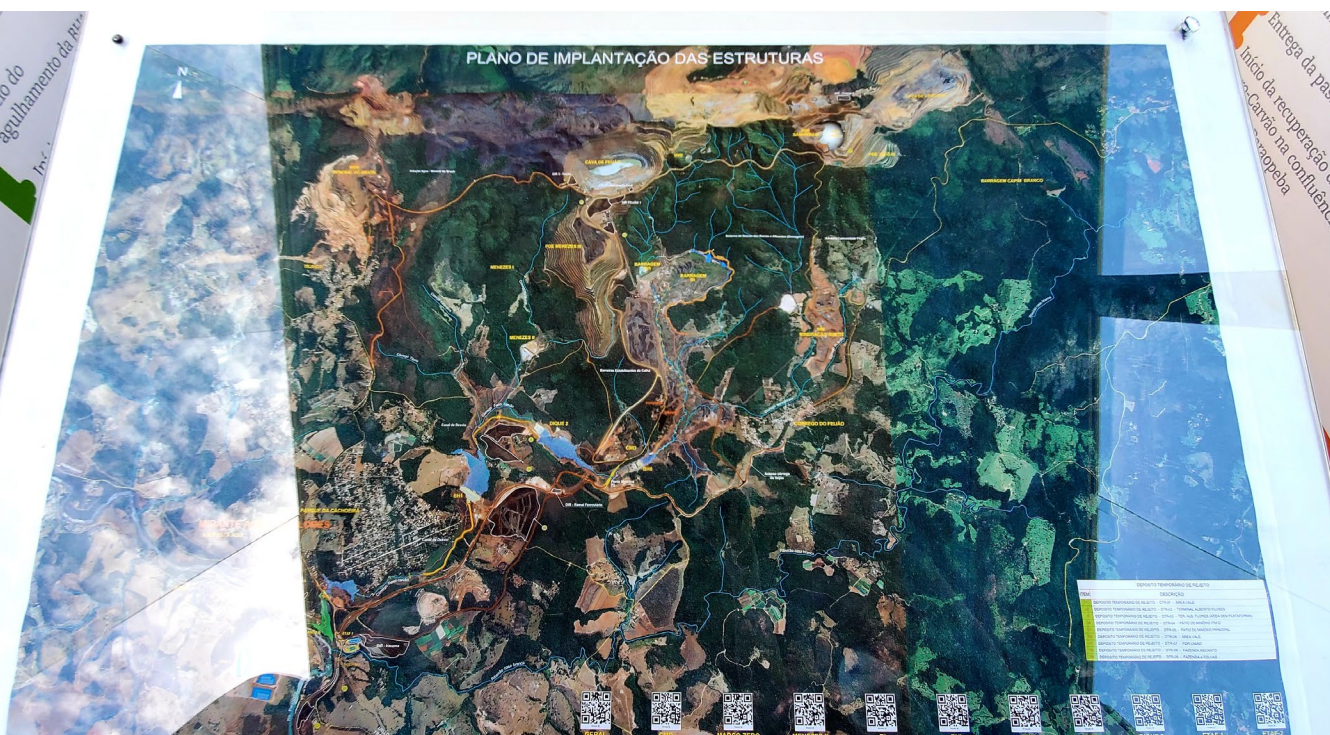
Aspectos associados à estruturação foram mencionados como entraves para o desenvolvimento dos trabalhos, sobretudo, as ações de caráter preventivo. Um dos participantes chegou a relatar que até o colete da defesa civil que vestia tinha sido conseguido por meio de doações. Apesar disso, foi destacado que, além de recursos operacionais, o desafio é reformular a lei de modo a reorientar as ações de defesa civil no município, no qual atribuições ou responsabilidades são delineadas (uma estruturação ou reestruturação do que é a defesa civil no município).

A capacitação de maneira continuada e voltada para aspectos da realidade local, talvez customizada para um agregado de municípios que vivenciem condições climáticas ou geográficas assemelhadas, é apontada como o maior sonho, por ser vista como a solução para o enfrentamento dos principais desafios:

“Andamos 740 km para chegar numa capacitação em que as características da região são totalmente diferentes da nossa”.

De maneira contundente, foram destacadas as necessidades de capacitação para realização das atividades rotineiras, para atuação nas ações emergenciais e preventivas e sobre planos de contingências, bem como capacitações básicas que possam orientar pessoas que estão iniciando na defesa civil. Ao mesmo tempo, municípios que sediam barragens, portos, galpões e outros espaços com produtos perigosos afirmaram a importância de capacitações continuadas nesse campo, além de auxílio para elaboração de planos de contingência específicos.

Um ponto interessante foi a solicitação por mais capacitações *online*, por ser mais fácil para municípios com poucos recursos, com dificuldades para locomoção ou por evitar o abandono de seus postos de trabalho, além de capacitações que aproveitem os profissionais com mais experiência na defesa civil. Outro ponto importante está relacionado à forma de divulgação dos cursos e treinamentos ofertados pelas instituições. Esta questão foi levantada por um dos participantes:



Plano de implantação de estruturas. Crédito: Flávia Aragão

“Não estou defendendo que tenhamos que ganhar tudo na mão, até porque nos desastres conseguimos nos desenvolver, mas precisamos de informações sobre capacitações, pois essas informações demoram a chegar para nós do interior, muitas vezes ficamos sabendo de capacitação por mensagens de celular”. (relato de participante em sessão de grupo focal).

Foi destacada a importância da oferta de capacitações continuadas, visando superar os desafios impostos por mudanças de gestão, e capacitação sobre comunicação de risco voltada para comunidade, sobre captação de recursos, sobre plano de contingência mapeamento de área de risco. Além disso, houve manifestação de interesse por metodologias que orientem no desenvolvimento de parcerias intermunicipais.

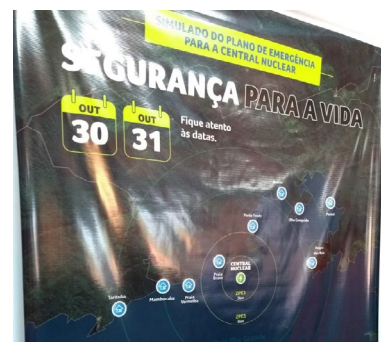
As propostas seguiram na direção da necessidade de capacitações em temas jurídicos e capacitações que tornem os agentes e gestores mais aptos a conhecerem os riscos presentes nos municípios para que possam trabalhar nas ações de prevenção, antes que o risco se instale. Nas palavras de um participante:

“Deveria ter concurso para profissionais de defesa civil. Para que se não tivesse vínculo político, para que mesmo com mudanças de governos, o órgão não ficasse órfão de informações e conhecimentos” (relato de participante em sessão de grupo focal).

As relações institucionais são importantes para a fluidez do trabalho e para uma valorização maior da defesa civil. Nessa perspectiva, a falta de conhecimento e do reconhecimento do que é o universo de atuação da COMPDEC são pontos importantes para que a gestão local entenda a necessidade de uma defesa civil estruturada, com recursos humanos e materiais adequados, como observado por um dos participantes:

“Precisamos de reconhecimento para termos infraestrutura para trabalhar melhor”.

Foi recorrente a fala sobre padronização da defesa civil e a importância do governo federal na condução deste processo. A percepção é de uma falta de alinhamento entre as defesas civis nos três níveis de governo, o que reflete diretamente nas dificuldades de implementar uma governança nos municípios. Ainda foi falado sobre a necessidade de padronizar desde uniformes, equipamentos, até documentos, processos e ações. Chegou-se ao consenso de que há necessidade de padronização, mas respeitando-se as características locais e peculiaridades territoriais.



DIVULGAÇÃO DE SIMULADO.

Crédito: Luciana Londe/Projeto Elos.

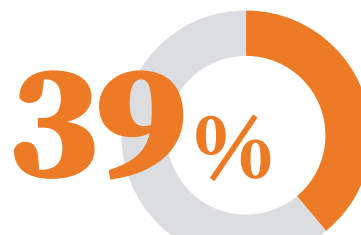


UMA DAS PROPOSTAS FOI ORGANIZAR CAPACITAÇÕES SOBRE PARCERIAS INTERMUNICIPAIS E TEMAS JURÍDICOS



50%

PARTICIPAM DE INICIATIVAS DE RRD COM MUNICÍPIOS VIZINHOS, A MAIORIA DE MODO NÃO-FORMALIZADO (42%)



DAS DEFESAS CIVIS TÊM SUAS AÇÕES INCORPORADAS NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

É importante destacar as manifestações sobre a criação de arcabouços legais que possam dar sustentação às ações da defesa civil, conforme mencionado por um dos participantes:

“Há necessidade de amparo jurídico para nossas ações, porque as responsabilidades são muitas e precisamos tomar decisões amparadas em leis”.

Além disso, foram levantadas necessidades de elaboração de protocolos que orientem a atuação frente às ameaças de desastres de origem tecnológica. Um ponto interessante abordado foi sobre a Lei Federal 12.608/ (BRASIL, 2012), entendida na percepção dos participantes como uma normativa que trata de aspectos amplos da defesa civil, contemplando ações internas do governo federal. Uma participante também sugeriu:

“Poderiam ser realizadas conferências públicas (online) com os Municípios e Estados para estudo e regulamentação da lei 12.608” (mensagem digitada em chat durante realização de grupo focal).

Também houve destaque para o eixo governança no que se refere a uma visão sistêmica da gestão do risco de desastres e integrada com todos os órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) na execução de programas, projetos e ações de Proteção e Defesa Civil. O eixo governança foi bastante associado à necessidade de agir em conjunto e no sentido de verificar as normativas para que as responsabilidades possam ser compartilhadas.

Outro ponto de destaque foi o plano de contingência, trazido de forma ampla, como se fosse um guia macro de orientações das ações de defesa civil (não apenas como instrumento de resposta) e, no geral, ainda pouco associado ao plano diretor das cidades. A perspectiva de focar na prevenção (e não somente na resposta) também foi recorrente e mobilizou tantos os eixos de governança no que tange ao planejamento, quanto à capacitação, pensando que para isso os profissionais precisam conhecer a realidade de cada município, seus riscos e vulnerabilidades.



Atividade prática de curso sobre gestão de riscos de desastres, São José dos Campos, SP. Crédito: Cemaden

14%

DAS DEFESAS CIVIS OFERECEM
CURSOS AOS NUPDECS

17%

AINDA NÃO CONHECEM
A CAMPANHA "CIDADES
RESILIENTES"

Conclusão

A **PESQUISA** municipal em Proteção e Defesa Civil para a **REGIÃO SUDESTE** foi realizada entre 2 de fevereiro e 26 de maio de 2021.

Nesse período foram levantadas as capacidades e necessidades das defesas civis municipais considerando os eixos de estruturação, governança e capacitação

A pesquisa utilizou três instrumentos de pesquisa:

- i) questionário online, respondido entre 18 de fevereiro e 26 de maio de 2021, por 653 municípios;
- ii) entrevistas em profundidade, realizadas com os municípios de Eldorado (SP), Brumadinho (MG), Maricá (RJ), Linhares (ES), Angra dos Reis (RJ) e Nova Friburgo (RJ), a fim de propiciar maior detalhamento às necessidades e capacidades; e,
- iii) grupos focais virtuais com 36 municípios, a fim de proporcionar espaços de discussão coletiva para estabelecer consensos.

A partir da triangulação dos dados oriundos desses instrumentos de pesquisa foram identificados os principais resultados em relação aos três eixos. No que se refere à estruturação, as necessidades estão relacionadas a equipamentos de trabalho, diante da indisponibilidade de viaturas e equipamentos adequados para atender à realidade do município, dificultando uma ação preventiva e contínua. A maior parte das defesas civis divide espaço físico com outro setor e conta com equipes reduzidas, de uma a duas pessoas. A falta de recursos financeiros foi o desafio mais citado entre os participantes da pesquisa.

Quanto às necessidades em capacitação, destacaram-se dois temas principais:

- i) monitoramento, mapeamento e alerta de riscos de desastres com sistemas de informação e
- ii) orçamento e gestão de recursos da defesa civil.

Por outro lado, as defesas civis municipais se sentem capacitadas para promover a interação com outras secretarias municipais e declarar situação de emergência e calamidade pública.

Em relação ao eixo governança, nota-se que as necessidades identificadas foram relativas ao apoio para fiscalização de ocupações em áreas de risco bem como para o trabalho preventivo com a população. Ainda há desafios em promover a participação social, sobretudo diante de cenário de pandemia, pelo impedimento de reuniões presenciais e falta de acesso à internet para encontros *online*.

Um sonho comum nos grupos focais da Região Sudeste foi o de conquistar reconhecimento para as defesas civis municipais. Sugeriu-se o reconhecimento da profissão de defesa civil por meio da criação de uma ocupação específica na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Soma-se a isso, o reconhecimento da periculosidade da atividade de defesa civil nos PPRAs (Programas de Prevenção de Riscos Ambientais), a se desdobrar no tempo e condições para aposentadoria dos agentes. Outra forma é o reconhecimento da insalubridade, devido à exposição a agentes biológicos, na atuação na linha de frente das ações de enfrentamento da COVID-19. Nesse ponto, o grupo pede a inclusão da defesa civil no plano nacional de vacinação contra a COVID-19, reconhecendo-os como órgão de segurança primária.

Os participantes identificaram várias propostas para fazer frente a estes desafios e atingir seus sonhos de defesa civil. Dentre as duas prioridades votadas estão aquelas associadas à garantia de uma equipe estruturada, com recursos humanos e equipamentos, reformulação da legislação por conta das atribuições e competências e criação de um Sistema Único de Proteção e Defesa Civil nos moldes do Sistema Único de Saúde (SUS).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Global Facility for Disaster Reduction and Recovery. Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Estudos e Pesquisas em Engenharia e Defesa Civil. **Relatório de Danos Materiais e Prejuízos Decorrentes de Desastres Naturais no Brasil** (1995-2019). 2. ed. Florianópolis: FAPEU, 156p. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/protecao-e-defesa-civil-sedec/danos_e_prejuizos-versao-em-revisao.pdf. Acesso em: 1 de maio 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12608.htm. Acesso em: 4 abr. 2021

BRITO, S. S. B. CUNHA, A. P. M. A. CUNNINGHAM, C. C. ALVALA, R. C. MARENGO J A. CARVALHO M. A. Frequency, duration and severity of drought in the Semiarid Northeast Brazil region. **International Journal of Climatology**, vol. 38, p. 517-529. Disponível em: <https://rmetsonline.wiley.com/doi/10.1002/joc.5225>. Acesso em: 1 mar.2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais: 1991 a 2012**. 2. ed. Florianópolis: Ceped, 2013. Disponível em: <https://www.ceped.ufsc.br/atlas-brasileiro-de-desastres-naturais-1991-a-2012/> Acesso em: 1 mar. 2021

CEPED (CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ENGENHARIA E DEFESA CIVIL) - UFSC. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA). **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Site. 2020. Disponível em: www.atlas.ceped.ufsc.br. Acesso em: 1 abr. 2021

CPRM (SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL). **Portal Prevenção de Desastres**. Disponível em: <https://geoportal.cprm.gov.br/desastres/>. Acesso em 24 maio 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros**. Data de referência: julho de 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 8 ago. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2019**. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=29466&t=destaques>. Acesso: 31 mar. 2021

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2017**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?edicao=21632&t=downloads/>. Acesso: 31 mar. 2021

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Climate change 2013:** the physical science basis. Contribution of Working Group I to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535 In: Stocker TF, Qin D, Plattner GK, Tignor M, Allen SK, Boschung J, Nauels A, Xia Y, Bex V, Midgley PM (eds). Cambridge University Press, Cambridge, pp 1535. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/climate-change-2013-the-physical-science-basis/BE9453E500DEF3640B383BADDC332C3E>. Acesso em: 1 fev. 2021.

IPCC (PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS). **Global warming of 1.5°C.** In: An IPCC Special Report on the Impacts of Global Warming of 1.5°C above Pre-Industrial Levels and Related Global Greenhouse Gas Emission Pathways, in the Context of Strengthening the Global Response to the Threat of Climate Change, Sustainable Development, and Efforts to Eradicate Poverty; Masson-Delmotte, P., Zhai, H.O., Pörtner, D., Roberts, J., Skea, P.R., Shukla, A., Pirani, W., Moufouma-Okia, C., Péan, R., Pidcock, S., et al., Eds.; World Meteorological Organization: Geneva, Switzerland, 2018. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2018/12/SR15_TS_High_Res.pdf. Acesso em: 1 fev. 2021.

MAGRIN, G.O., J.A. MARENGO, J.-P. BOULANGER, M.S. BUCKERIDGE, E. CASTELLANOS, G. POVEDA, F.R. SCARANO, AND S. VICUÑA. Central and South America. In: **Climate Change 2014:** Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Part B: Regional Aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Barros, V.R., C.B. Field, D.J. Dokken, M.D. Mastrandrea, K.J. Mach, T.E. Bilir, M. Chatterjee, K.L. Ebi, Y.O. Estrada, R.C. Genova, B. Girma, E.S. Kissel, A.N. Levy, S. MacCracken, P.R. Mastrandrea, and L.L. White(eds.)]. Cambridge University Press, Cambridge, United Kingdom and New York, NY, USA, pp. 1499-1566. 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/02/WGIIAR5-Chap27_FINAL.pdf. Acesso

MARENGO J.A., SOUZA C.M., THONICKE K, BURTON C., HALLADAY K., BETTS R.A., ALVES L.M. AND SOARES W.R. Changes in climate and land use over the amazon region: current and future variability and trends. **Frontiers in Earth Science.** Vol. 21, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/feart.2018.00228/full>. Acesso em: 1 fev. 2021.

MARENGO, J A. ALVES L M. ALVALA, R.C.S., CUNHA A P; BRITO, S., MORAES O. L.. Climatic characteristics of the 2010-2016 drought in the semiarid Northeast Brazil region. **Anais da Academia Brasileira de Ciências** 23(1); 21-28, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aabc/a/MTyRKxxGcdwCvVhGNJNTrbG/?lang=en&format=pdf>. Acesso em: 1 fev. 2021

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. **Anuário brasileiro de desastres naturais: 2013.** Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. – Brasília: CENAD, 2014. 106p.: il. color; 29,7cm. Disponível em: <https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/Anurio-Brasileiro-de-Desastres-Naturais-2013.pdf>. Acesso em 2 fev. 2021.

SEDEC (SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL). **Sistema Integrado de Informações sobre Desastres** - S2ID. Disponível em: <https://s2id.mi.gov.br/paginas/index.xhtml>. Acesso em 1 jul. 2021

